

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	4
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	6
1.5 Principais clientes	9
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	10
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	13
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	14
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	15
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	16
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	17
1.13 Acordos de acionistas	18
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	19
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	20
1.16 Outras informações relevantes	21
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	24
2.2 Resultados operacional e financeiro	33
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	38
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	39
2.5 Medições não contábeis	40
2.6 Eventos subsequentes as DFs	43
2.7 Destinação de resultados	44
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	48
2.10 Planos de negócios	49
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	53
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	54
3.2 Acompanhamento das projeções	56
4. Fatores de risco	

Índice

4.1 Descrição dos fatores de risco	57
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	70
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	71
4.4 Processos não sigilosos relevantes	74
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	86
4.6 Processos sigilosos relevantes	87
4.7 Outras contingências relevantes	88
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	89
5.2 Descrição dos controles internos	92
5.3 Programa de integridade	94
5.4 Alterações significativas	97
5.5 Outras informações relevantes	98
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	99
6.3 Distribuição de capital	110
6.4 Participação em sociedades	111
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	112
6.6 Outras informações relevantes	113
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	115
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	123
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	124
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	125
7.4 Composição dos comitês	135
7.5 Relações familiares	136
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	137
7.7 Acordos/seguros de administradores	140
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	142
8.2 Remuneração total por órgão	145
8.3 Remuneração variável	149

Índice

8.4 Plano de remuneração baseado em ações	151
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	152
8.6 Outorga de opções de compra de ações	153
8.7 Opções em aberto	154
8.8 Opções exercidas e ações entregues	155
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	156
8.10 Outorga de ações	157
8.11 Ações entregues	158
8.12 Precificação das ações/opções	159
8.13 Participações detidas por órgão	160
8.14 Planos de previdência	161
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	162
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	164
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	165
8.18 Remuneração - Outras funções	166
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	167
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	168
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	169
8.20 Outras informações relevantes	170
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	171
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	172
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	174
10.1 Descrição dos recursos humanos	176
10.2 Alterações relevantes	177
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	178
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	179
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	180
10.5 Outras informações relevantes	181
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	182

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	183
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	184
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	185
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	186
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	187
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	188
12.5 Mercados de negociação no Brasil	189
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	190
12.7 Títulos emitidos no exterior	191
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	192
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	193
13.1 Declaração do diretor presidente	194
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	195
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	196

1.1 Histórico do emissor

HISTÓRICO DO EMISSOR

A Minupar Participações S.A. foi originalmente constituída como uma sociedade empresária, por cotas de responsabilidade limitada, em 01 de agosto de 1984, sob a denominação de “Minuano – Exportação, Participação e Administração Ltda.”, com sede em Lajeado (RS). Seu objeto social inicial abrangia o comércio de exportação, participação em outras sociedades e prestação de serviços de administração às sociedades controladas.

Em 14 de setembro de 1990, em Assembleia Geral Extraordinária, a sociedade deliberou por sua transformação em Companhia, adotando a denominação Minupar Participações S/A. Na mesma ocasião, foi aprovada a emissão de debêntures conversíveis em ações, integralmente subscritas pelos acionistas. Essa transformação para sociedade por ações de capital aberto teve como objetivo principal permitir o ingresso de novos acionistas e a captação de recursos para financiar o crescimento da Companhia. Acionistas da Companhia Minuano de Alimentos, fundada em 1946, tiveram a oportunidade de trocar suas ações por ações de emissão da recém-constituída Minupar Participações S/A.

Desde então, a Minupar consolidou sua atuação como holding de participações, com suas principais atividades concentradas na controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos. As operações da controlada indireta estão organizadas nos segmentos de atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados à base de carnes (com a marca "Minu" no mercado interno e "Minu", "Royal", "Minal" e "Saran" no mercado externo), e prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves.

A história recente da Companhia foi marcada por desafios e eventos relevantes que moldaram sua trajetória. Um dos principais e mais duradouros desafios tem sido a gestão de débitos fiscais antigos da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, cujo montante elevado impactava significativamente as condições financeiras e patrimoniais do grupo e restringia o acesso a linhas de crédito e a alienação de bens. Detalhes sobre a natureza e o impacto desses passivos são apresentados nos Itens 2.1 e 4.1 deste Formulário.

Em um marco significativo para a Companhia e para a superação desse desafio histórico, em 28 de abril de 2025, a Companhia Minuano de Alimentos celebrou um

1.1 Histórico do emissor

termo de transação tributária individual com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), visando a regularização integral desses débitos inscritos em dívida ativa da União. A formalização desta transação representa um passo fundamental para a estabilidade financeira do grupo, permitindo a aptidão para a emissão da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e o acesso a benefícios fiscais, operacionais e financeiros, incluindo a obtenção de linhas de crédito com condições mais favoráveis.

Outros eventos societários relevantes na história recente incluem a tentativa de Oferta Pública de Aquisição (OPA) para cancelamento de registro de companhia aberta em 2021, que não obteve sucesso, e o falecimento do Sr. Chao En Ming no mesmo ano, cujo processo de inventário das ações detidas impacta a estrutura de controle.

Adicionalmente, nos anos de 2020, 2023 e, de forma mais severa, em 2024, a Companhia e suas controladas foram impactadas por eventos climáticos extremos, caracterizados por enchentes de alta severidade na região do Vale do Taquari (RS). Esses sinistros causaram interrupções na produção, danos estruturais e perdas, exigindo esforços significativos para a retomada das atividades e investimentos em recuperação. A relevância desses eventos e seus impactos são detalhados no Item 1.16 deste Formulário.

A própria transação tributária de 2025 reconheceu a severidade desses eventos, prevendo condições especiais de pagamento nos primeiros 36 meses, conforme os benefícios estabelecidos pela Portaria PGFN/MF nº 1.032/2024 (Transação SOS-RS).

Com a regularização fiscal e a superação dos desafios recentes, a Companhia inicia um processo de reestruturação estratégica com foco na consolidação de sua estabilidade financeira, prevendo investimentos direcionados à manutenção e modernização de seu patrimônio, áreas que foram limitadas pelas dificuldades enfrentadas. A Minupar segue comprometida em aprimorar suas práticas de gestão e adaptar-se ao ambiente de negócios, buscando gerar valor sustentável para seus acionistas.

A Minupar continua a operar, buscando aprimorar suas práticas de gestão, incluindo iniciativas relacionadas a questões ambientais, sociais e de governança (ASG), e adaptando-se aos desafios do mercado e do ambiente regulatório, sempre com o objetivo de gerar valor para seus acionistas.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

ATIVIDADES PRINCIPAIS DESENVOLVIDAS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS

O emissor tem por objeto social principal a participação no capital de outras empresas, do mesmo modo que as controladas diretas Valepar S.A. e Sulaves S.A..

Portanto, as atividades operacionais estão concentradas na controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, que tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados à base de carnes, bem como, na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves.

A comercialização interna dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil, mas a Companhia controlada também atua fortemente na exportação de produtos, possuindo habilitação para exportar para países localizados na África, Ásia, América do Sul, América Central e Oceania.

A Companhia Minuano concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo. A manutenção destas atividades é possível em razão de condições específicas do contrato, relacionadas à habilitação da empresa para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado, no Rio Grande do Sul.

As operações contempladas no mencionado contrato envolvem a utilização de granja de recria e granja de produção, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos.

O quadro de pessoas envolvidas em todo este ciclo operacional, conta com aproximadamente 2.300 empregos diretos.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

SEGMENTOS OPERACIONAIS DIVULGADOS NAS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações a seguir são apresentadas em relação aos segmentos operacionais da Companhia, conforme divulgados em suas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 22 (IFRS 8). A Companhia opera principalmente nos segmentos de Industrializados e Serviços e Processamentos, além de manter uma estrutura Corporativa.

a. Produtos e serviços comercializados

Segmento Industrializados: Este segmento abrange as atividades de produção e comercialização de produtos industrializados à base de carnes, na unidade de industrializados localizada em Arroio do Meio – RS. A Companhia atua no mercado interno com a marca “Minu” e no mercado externo com as marcas “Minu”, “Royal”, “Minal” e “Saran”. O portfólio de produtos inclui salsichas, mortadelas, presunto, peito de frango defumado, linguiças defumadas, quitute de frango e pele frita.

Segmento Serviços e Processamentos: Este segmento concentra as atividades frigoríficas e de prestação de serviços para terceiros. Inclui operações nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves, utilizando o complexo agroindustrial da Companhia Minuano de Alimentos. A controlada Companhia Minuano de Alimentos mantém contrato de prestação de serviços para terceiros nas unidades de Lajeado-RS (abatedouro); Arroio do Meio-RS (indústria de rações); Estrela-RS (Incubatório e produção de ovos férteis) e Bom Retiro do Sul-RS (recria de matrizes).

Além disso, também deve-se considerar a sede administrativa, onde estão centralizadas as atividades administrativas e de gestão centralizadas que dão suporte aos demais segmentos operacionais.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor (em R\$ mil)

A tabela a seguir apresenta a receita líquida por segmento e sua participação na receita líquida total consolidada da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (em R\$ mil):

Segmento	Receita Líquida 2024	% Total 2024
Industrializados	159.641	45,0%
Serviços e Processamentos	195.247	55,0%
Total Consolidado	354.888	100,0%

(Fonte: Demonstrações Financeiras Consolidadas, Nota Explicativa nº 32)

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido total do emissor:

A Companhia apura e divulga o "Resultado Intermediário" para cada segmento operacional em suas demonstrações financeiras consolidadas, conforme a Nota Explicativa nº 32. O lucro líquido total consolidado não é alocado aos segmentos devido à natureza consolidada de certas contas administrativas, financeiras e tributárias. O Resultado Intermediário reflete a performance operacional de cada segmento antes da alocação de despesas corporativas, resultado financeiro e impostos.

A tabela a seguir apresenta o Resultado Intermediário por segmento para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (em R\$ mil):

Segmento	Resultado Intermediário 2024
Industrializados	46.198
Serviços e Processamentos	31.440
Corporativo	(31.601)
Total Resultado Intermediário	46.037

(Fonte: Demonstrações Financeiras Consolidadas, Nota Explicativa nº 32)

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

EM RELAÇÃO AOS PRODUTOS E SERVIÇOS QUE CORRESPONDAM AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS DIVULGADOS NO ITEM 1.3

Em relação aos produtos e serviços que correspondem aos segmentos operacionais divulgados no Item 1.3, as características são as seguintes:

a. Características do processo de produção

O processo de produção da Companhia, concentrado na controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, pode ser caracterizado em dois tipos principais:

(i) Relacionado ao contrato de prestação de serviço de industrialização por encomenda: Este processo é verticalizado, abrangendo todas as etapas da cadeia avícola. Inicia-se com a criação das aves matrizes em granjas específicas, passando pelo Incubatório na produção de pintos de um dia, a fabricação de rações para suprir a necessidade alimentar, e culminando no abatedouro de aves, onde o abate e a produção são realizados conforme definição do parceiro operacional.

(ii) Relacionado à produção própria de produtos embutidos: Destinados aos mercados interno e externo, este processo utiliza insumos adquiridos de terceiros. Os produtos são elaborados em conformidade com as especificações pré-estabelecidas e aprovadas pelos órgãos de controle. Compostos majoritariamente por carnes e condimentos, são embalados conforme o cliente de destino (nacional ou externo) e comercializados resfriados ou congelados.

b. Características do processo de distribuição

A distribuição dos produtos e serviços ocorre tanto no mercado interno quanto no mercado externo:

(i) Mercado Interno: No exercício social de 2024, as vendas de produtos próprios da controlada Companhia Minuano de Alimentos concentraram-se no Estado do Rio Grande do Sul. As vendas são realizadas por meio da combinação de canais de venda direta (representantes comerciais e vendedores próprios) e venda indireta (distribuidores nas regiões de atuação). No exercício de 2024, a

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

participação da venda direta foi de 50,03% e da venda intermediada foi de 49,97%.

Vendas por região	2024
Rio Grande do Sul	96%
Outros Estados	4%

(ii) Mercado Externo: No exercício social de 2024, as receitas provenientes das operações comerciais no mercado externo corresponderam a aproximadamente 30,5% do faturamento líquido da Companhia. Os principais produtos exportados são salsichas e mortadelas de frango. As vendas abrangem diversos países, destacando-se a Nigéria, Holanda, França, Guyana, Dinamarca, Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Itália, Turquia, França, dentre outros, realizadas através de canais de venda direta e representantes.

c. Características dos mercados de atuação:

As operações comerciais são desenvolvidas nos mercados interno e externo, utilizando canais de venda direta e intermediada. A produção para o mercado externo é altamente exigente, requerendo o cumprimento de diversas regras específicas, a realização de auditorias frequentes e a manutenção de registros e habilitações. O mercado islâmico, por exemplo, exige procedimentos específicos para o abate e certificação Halal.

A perda de habilitações para exportação impacta tanto na operação própria quanto na operação contratada por empresa terceira, uma vez que o contrato existente abrange a habitação e a capacidade de atendimento a territórios específicos.

O segmento de mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo e pulverizado, contando com a presença de companhias tradicionais e líderes de mercado, como BRF e JBS, além de companhias regionais com atuação local.

Outra característica relevante é a influência dos preços praticados na comercialização de carne de frango in natura ao consumidor final, que pode resultar na redução da procura por embutidos quando os preços do frango atingem patamares semelhantes.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

d. Eventual sazonalidade

De modo geral, pela sua natureza alimentícia, a demanda pelos produtos da Companhia não está sujeita à sazonalidade.

e. Principais insumos e matérias primas

Os principais insumos e matérias-primas utilizados nos processos de produção própria na fábrica de embutidos, destinados tanto ao mercado interno como ao externo, são as carnes de frangos, condimentos e especiarias, entre outros.

A carne de frango é a principal matéria-prima. A falta de oferta e a volatilidade do seu preço podem comprometer a continuidade da operação própria, interferir no custo da produção e, conseqüentemente, no resultado financeiro. A maior parte da carne de frango utilizada provém da produção do abatedouro da própria Companhia, sendo adquirida da empresa parceira naquela unidade, mediante negociação prévia. Essa negociação é importante para garantir o controle da oferta e do custo da matéria-prima, mas depende da manutenção das condições e renovação do contrato de prestação de serviços. O restante da matéria-prima é adquirido no mercado, buscando sempre a redução do custo com conservação da qualidade.

Adicionalmente, conforme mencionado no Item 1.2, parte significativa das atividades do segmento de Serviços e Processamentos está concentrada em um contrato de prestação de serviços de abate e industrialização de aves com uma única contraparte. Este contrato representa uma parcela substancial da receita líquida total da Companhia, conforme evidenciado pela participação do segmento de Serviços e Processamentos na receita total (conforme Item 1.3). A manutenção deste contrato é crucial para a continuidade das operações e a receita da Companhia, configurando uma dependência relevante de um único cliente para este segmento.

A Companhia monitora ativamente os riscos associados a essa dependência, buscando manter um relacionamento sólido com seu parceiro e explorar novas oportunidades de negócio.

1.5 Principais clientes

PRINCIPAIS CLIENTES

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não possuíram clientes que representassem mais de 10% de sua receita líquida nas operações comerciais envolvendo a produção própria de produtos industrializados.

Por outro lado, nas operações envolvidas com a prestação de serviços para terceiros, a empresa BRF S.A. representou mais de 10% da receita líquida total do emissor no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Nas operações envolvidas com a prestação de serviços a terceiros, destaca-se a receita com a empresa BRF S.A. que representou R\$195.247 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, ou seja 55% da receita líquida do emissor.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Com relação às receitas provenientes do contrato de prestação de serviços firmado com a empresa BRF S.A., o segmento operacional afetado é de Serviços e Processamentos, que inclui abate e processamento de aves (frigorífico), indústria de rações, incubatório, produção de ovos férteis e recria de matrizes.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

DESCREVER OS EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL SOBRE AS ATIVIDADES DO EMISSOR:

Considerando que a Companhia possui a participação em outras empresas como principal atividade, as informações prestadas a seguir fazem referência principalmente à Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta, na qual está centralizada toda a atividade operacional.

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da controlada Companhia Minuano de Alimentos estão sujeitas a extensa legislação relacionada à segurança alimentar, questões ambientais e sociais, sendo que os principais órgãos reguladores envolvidos são a Secretária Estadual do Meio Ambiente (SEMA), a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), o Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Trabalho e Emprego.

Os licenciamentos e habilitações mais relevantes são obrigatórios desde o início e ao longo das atividades da Companhia controlada, existindo ainda requisitos específicos a serem cumpridos para viabilizar o comércio ao exterior. Para garantir a conformidade, a Companhia mantém um bom relacionamento com a administração pública e órgãos fiscalizadores, baseado em diálogo e concessões recíprocas que possibilitam a manutenção contínua da operação.

Neste sentido, conforme disposto no art. 4º da Lei nº 1.283, de 1950, regulamentada pelo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), instituído pelo Decreto nº 9.013, de 2017, e suas alterações, a Companhia possui os devidos registros junto ao órgão competente para autorizar sua atuação com produtos de origem animal, neste caso, o Serviço de Inspeção Federal (SIF) sob o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Paralelamente, além do registro no SIF e da inspeção permanente do órgão instalada na unidade, a Companhia possui habilitações próprias para exportação de produtos de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

origem animal, seguindo procedimentos específicos de cada país. O cumprimento desses requisitos é fiscalizado pelo MAPA e/ou por órgãos específicos.

Considerando a importância da capacidade de exportação dos produtos para mercados muito específicos, a administração está sempre atenta ao cumprimento dos requisitos, realizando adequações sempre que necessárias para a manutenção das referidas habilitações.

Adicionalmente, as unidades operacionais executam suas atividades mediante licenciamentos ambientais nas esferas estaduais ou municipais, conforme o porte da unidade e os locais onde atua. Esses processos são periodicamente revistos e sua validade depende do cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador.

Por fim, a Companhia mantém licenças para utilização de produtos químicos controlados pela Polícia Federal e Exército, outorga de poços artesianos, licença para captação de água e licença para utilização da madeira que abastece as caldeiras.

b. Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

No desenvolvimento e execução de suas atividades industriais, ao longo de mais de 70 anos de atuação, a Companhia controlada busca adotar as melhores práticas de qualidade alimentar, gestão ambiental, sanitária e trabalhista.

No que se refere às questões ambientais, a Companhia se utiliza de recursos hídricos provenientes de captação subterrânea e superficial, submetida a regulamentação do Departamento de Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento (DRHS), da SEMA, e ainda de abastecimento público por empresa concessionária.

A Companhia possui outorga de direito de uso de água captada de poços e da Estação de Tratamento de Água (ETA), além de Estação de Tratamento de Efluentes (ETE). Os resíduos sólidos e efluentes líquidos da produção são adequadamente tratados ou destinados.

Com relação a questões sociais, estas estão ligadas principalmente a assuntos trabalhistas. No que se refere às legislações trabalhistas e de segurança e medicina do

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

trabalho, a Companhia é frequentemente fiscalizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério Público do Trabalho, havendo nestes órgãos, inclusive, programas específicos de atuação no ramo frigorífico.

Adicionalmente, seguem regras trabalhistas específicas ao segmento frigorífico, definidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego por meio das Normas Regulamentadoras (NR).

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

As marcas mais relevantes da Companhia estão devidamente registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, no segmento de mercado de sua atuação. Além da proteção das marcas no mercado nacional, a companhia também adota as medidas necessárias para proteção de suas principais marcas em outros países.

d. contribuições financeiras de cunho político, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

A política da Companhia sobre o assunto veda doações políticas de qualquer natureza, de forma direta ou por meio de terceiros, seja para partidos políticos, candidatos, comitês de campanhas, coligações ou pessoas físicas ou jurídicas relacionadas a estes. É permitida apenas a destinação de recursos para entidades assistenciais, sociais e educacionais.

Por este motivo, não foram efetuadas contribuições financeiras de cunho político.

e. Outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas neste item.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

RECEITAS RELEVANTES NO PAÍS SEDE DO EMISSOR E NO EXTERIOR

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social de 2024, a receita líquida proveniente das operações realizadas no Brasil totalizou R\$ 246.809 mil. Este valor representa aproximadamente 69,53% da receita líquida total consolidada da Companhia para o período.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a receita líquida proveniente de clientes estrangeiros totalizou R\$ 108.079 mil. Este valor representa aproximadamente 30,45% da receita líquida total consolidada para o período.

País	Valor (R\$ mil)	Percentual Receita líquida total
Nigéria	20.824	19%
Holanda	15.108	14%
Franca	11.199	10%
Guyana	9.574	9%
Dinamarca	7.520	7%
Estados Unidos	7.447	7%
Em. Ar. Unidos	7.003	6%
Espanha	6.724	6%
Itália	5.037	5%
Turquia	4.883	5%
França	3.822	4%
Reino Unido	3.104	3%
Irlanda	2.481	2%
Oman	1.527	1%
Suíça	1.144	1%
Líbano	419	0%
Maldivas	264	0%
Total Receita líquida ME	108.079	30,5%
Total Receita líquida	354.888	100%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

IMPACTOS RELEVANTES DECORRENTES DA REGULAÇÃO DOS PAÍSES ESTRANGEIROS DIVULGADOS NO ITEM 1.7

Para possibilitar a exportação dos produtos resultantes de sua operação, a Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta do emissor, mantém habilitações específicas para Operar no Comércio Exterior junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), além da instalação permanente do Serviço de Inspeção Federal (SIF). A Companhia está sujeita à fiscalização desses órgãos e a diversas regras específicas dos países importadores.

Paralelo a isso, existem requisitos adicionais a serem observados para viabilizar a exportação para mercados importantes como União Europeia, China e Japão, que exigem, por exemplo, certificações (BRC, WQS, etc.) e a realização de auditorias externas frequentes. Adicionalmente, o comércio destinado a países de religião muçulmana está sujeito às regras de caráter religioso para realização de abate seguindo os preceitos da religião islâmica, denominado “abate Halal”, devidamente certificado.

A Companhia continua a monitorar e cumprir rigorosamente esses requisitos, o que se reflete no desempenho de suas operações de exportação. No exercício de 2024, a receita proveniente de clientes estrangeiros totalizou R\$ 108.079 mil, representando um aumento em relação a 2023 e demonstrando a capacidade da Companhia de manter e expandir sua presença nesses mercados exigentes, mesmo diante de desafios operacionais internos.

A perda de habilitações para exportação continua sendo um risco relevante, pois pode comprometer significativamente a venda de produtos para determinados países, especialmente no que se refere à obrigação assumida no contrato de prestação de serviços com a BRF S.A., podendo inclusive levar à resolução contratual. A administração da Companhia permanece atenta à manutenção de todas as certificações e conformidades necessárias para assegurar a continuidade e expansão de suas operações internacionais.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

INFORMAÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (ASG)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o emissor não divulgou um relatório anual ou outro documento específico dedicado exclusivamente às informações ASG ao mercado. A Companhia priorizou a continuidade operacional e o enfrentamento de desafios internos, como os impactos das enchentes que afetaram suas operações. Contudo, o tema ASG permanece firmemente inserido no planejamento estratégico do emissor, com ações concretas em andamento para futuras divulgações.

Em fevereiro de 2025, a Companhia firmou contrato com uma empresa especializada em mensuração, reporte e monitoramento de dados ESG, através de soluções tecnológicas. Este projeto visa a implementação de um software que possibilitará o controle e monitoramento de dados de maneira recorrente e automatizada, preparando a Companhia para futuras divulgações e a adoção de metodologias e padrões reconhecidos.

Apesar da ausência de um relatório formal, a Companhia já demonstra compromisso com indicadores sociais relevantes. Em dezembro de 2024, a Companhia recebeu o selo GPTW (Great Place to Work), uma certificação internacional que reconhece empresas com excelentes ambientes de trabalho. Além disso, a Companhia possui indicadores que demonstram boas práticas de diversidade em seu quadro de colaboradores, contando com profissionais de mais de 40 municípios e 20% de estrangeiros de 16 países diferentes.

Além disso, a Companhia tem proporcionado capacitação específica em ASG para profissionais de diversas áreas da empresa e desenvolveu internamente uma Política de Meio Ambiente, com o intuito de adequar as práticas de gestão ambiental, visando a proteção e conservação do meio ambiente e a minimização dos impactos negativos causados por sua atividade.

A Companhia também está ciente das novas normas IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e IFRS S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026, e está se preparando para atender a essas exigências futuras.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUALQUER ATIVO RELEVANTE QUE NÃO SE ENQUADRE COMO OPERAÇÃO NORMAL NOS NEGÓCIOS DO EMISSOR

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o emissor e suas controladas, diretas ou indiretas, não realizaram aquisições ou alienações de ativo relevante que não se enquadrassem como operação normal nos negócios da Companhia.

Os investimentos significativos realizados no período foram majoritariamente destinados à recuperação e restabelecimento das unidades produtivas afetadas pelas enchentes, e as baixas de ativos foram decorrentes de perdas causadas por esses eventos climáticos, conforme detalhado nas Notas Explicativas 10 e 34.2 das Demonstrações Financeiras de 2024.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

OPERAÇÕES DE FUSÃO, CISÃO, INCORPORAÇÃO, INCORPORAÇÃO DE AÇÕES, AUMENTO OU REDUÇÃO DE CAPITAL

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não ocorreram operações societárias com efeito relevante para o emissor, tais como fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital.

Historicamente, em 2021, houve uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) para cancelamento de registro da Companhia, que, no entanto, não atingiu a quantidade mínima de ações para o fechamento de capital, não configurando uma operação societária de capital concluída.

1.13 Acordos de acionistas

CELEBRAÇÃO, EXTINÇÃO OU MODIFICAÇÃO DE ACORDOS DE ACIONISTAS

Não foram arquivados acordos de acionistas na sede do emissor.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

INDICAR ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA FORMA DE CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS DO EMISSOR

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o emissor e suas controladas diretas e indiretas sofreram alterações significativas na forma de condução de seus negócios, principalmente em decorrência dos severos impactos das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em maio de 2024. Tais eventos, considerados não usuais, exigiram a implementação de medidas emergenciais e estratégicas para garantir a continuidade operacional.

As principais alterações incluem:

- a) Readequação operacional: Interrupção prolongada da produção em unidades-chave, a suspensão de investimentos não essenciais à recuperação, e a introdução da comercialização de novos produtos desenvolvidos e produzidos por terceiros, representando uma expansão do portfólio e uma diversificação do modelo de negócios que antes se concentrava exclusivamente na produção própria.
- b) Revisão de custos: Implementação de medidas de contenção de custos, incluindo a readequação do quadro de funcionários e a redução temporária da remuneração dos administradores e conselheiros fiscais.
- c) Alteração na composição da Diretoria: Redução do número de membros da diretoria, com a destituição de diretores.
- d) Reconhecimento de Boas Práticas: A obtenção do selo GPTW (Great Place to Work) em dezembro de 2024, que reflete o compromisso da Companhia com um ambiente de trabalho saudável e a gestão de pessoas.

Essas mudanças refletem uma adaptação estratégica e operacional profunda para enfrentar as adversidades e assegurar a resiliência e a recuperação da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

CONTRATOS RELEVANTES NÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS COM AS ATIVIDADES OPERACIONAIS

No último exercício social não foi firmado contrato relevante pelas Companhias que não estivesse diretamente relacionado com atividade operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi marcado por eventos de alta relevância que impactaram significativamente as operações e a gestão da Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta do emissor, e, por consequência, a Minupar Participações S.A. Estes desafios foram intensificados por um histórico recente de eventos climáticos extremos que precederam e culminaram nos impactos observados em 2024.

Desde julho de 2020, a Companhia Minuano tem enfrentado a recorrência de enchentes na região do Vale do Taquari, onde suas principais unidades estão localizadas. Em setembro de 2023, a região foi drasticamente atingida por uma enchente histórica, que impactou a fábrica de embutidos em Arroio do Meio e o abatedouro de frangos em Lajeado, causando paralisações e perdas.

Novas cheias ocorreram em novembro de 2023, afetando as mesmas unidades, embora com impactos menores devido aos planos de contingência. Esse cenário recorrente de desastres naturais demonstrou a crescente vulnerabilidade das operações e a necessidade de adaptação contínua.

Diante deste cenário, a Companhia passou a desenvolver alternativas estruturais de baixo custo que viabilizassem a rápida evacuação e retomada das plantas, visando minimizar os prejuízos ocasionados por eventuais episódios recorrentes de cheias nestes níveis. Contudo, a magnitude do evento de maio de 2024 superou as expectativas.

Essa série de eventos culminou no maior desastre natural da história do Rio Grande do Sul em maio de 2024, que afetou de forma ainda mais severa todas as seis unidades produtivas da Companhia Minuano, direta ou indiretamente. O evento causou impactos generalizados na infraestrutura da região, incluindo a destruição de importantes pontes, como as que ligavam os municípios de Lajeado e Arroio do Meio, dificultando o acesso e a logística.

Indiretamente, os transtornos observados nas unidades menores (granjas, incubatório e fábrica de rações) pela inundação em pátios e estruturas de apoio utilizadas por terceiros, falta de energia, internet e sinal de telefone, bem como, a dificuldade de acesso, causaram a redução/paralisação da produção por alguns dias. Por outro lado,

1.16 Outras informações relevantes

as maiores unidades foram atingidas diretamente pela inundação.

O frigorífico localizado na cidade de Lajeado teve diversas áreas de apoio atingidas e a produção paralisada por mais de uma semana, inclusive pelas dificuldades de acesso à cidade por funcionários, bem como, para recebimento de matéria-prima e suprimentos.

Por outro lado, na fábrica de embutidos, uma das principais unidades, os danos estruturais causados pela enchente foram mais graves do que nos episódios anteriores, em razão da sua proximidade com o Rio Taquari. A retomada parcial da produção foi possível somente após a realização de reparos em estruturas e equipamentos, permanecendo suspensa por aproximadamente dois meses, o que resultou em perdas e gastos emergenciais que totalizaram R\$ 11.154 mil (conforme Nota Explicativa 34.2 das Demonstrações Financeiras de 2024).

Apesar da gravidade, a Companhia implementou um plano de recuperação eficaz, conseguindo restabelecer a produção da fábrica de embutidos à sua capacidade máxima até dezembro de 2024. Adicionalmente, a Companhia buscou alongamento de prazos com fornecedores e prorrogações de vencimentos tributários para mitigar os impactos financeiros.

A referida fábrica de embutidos é responsável por importante parcela do faturamento do grupo, produzindo os produtos de marca própria e empregando mais de 400 pessoas. Com isso, o faturamento daquela unidade, que perfazia, aproximadamente, R\$14 milhões ao mês, ficou comprometido por diversos meses.

A busca por alternativas definitivas para a instalação desta operação em local diverso continua em análise, mas esta medida exige investimentos elevados, registros, licenciamentos, entre outros requisitos que devem ser observados.

Em resposta a essa crise e visando a otimização de custos e a resiliência operacional, a Companhia implementou medidas significativas de reestruturação e contenção de despesas. Isso incluiu a readequação da composição da Diretoria com a destituição de dois diretores e a eleição de novos membros que já faziam parte da administração.

Adicionalmente, em 23 de maio de 2024, o Conselho de Administração acordou uma redução temporária na remuneração individual de todos os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

1.16 Outras informações relevantes

Por outro lado, após o enfrentamento desta crise, a Companhia iniciou uma mudança estratégica em seu modelo de negócios, passando a comercializar novos produtos desenvolvidos e produzidos por terceiros. Esta iniciativa representa uma diversificação do portfólio e uma nova forma de atuação, que antes se concentrava exclusivamente na produção própria, buscando ampliar o alcance de mercado e otimizar recursos.

Além disso, em reconhecimento às suas práticas de gestão de pessoas e ambiente de trabalho, a Companhia recebeu o selo GPTW (Great Place to Work) em dezembro de 2024, atestando seu compromisso com o bem-estar e o desenvolvimento de seus colaboradores.

Por fim, no âmbito da governança corporativa, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2024, que deliberaria sobre o exercício de 2023, foi suspensa por decisão judicial liminar em 26 de abril de 2024, divulgada por meio de fato relevante. Visando cumprir as obrigações legais da Companhia, as deliberações referentes ao exercício de 2023 foram incluídas na ordem do dia da AGO de 2025, que também apreciou os assuntos relativos ao exercício de 2024.

Esses eventos e as respostas da Companhia a eles foram cruciais para a condução dos negócios em 2024, demonstrando a capacidade de adaptação e a busca contínua por eficiência e sustentabilidade em um cenário de desafios sem precedentes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Comentários dos diretores referentes ao exercício de 2024, sobre a Companhia e suas controladas, especialmente, sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Até o encerramento do exercício social de 2024, a Diretoria avaliava que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia eram suficientes para dar continuidade aos seus negócios e cumprir com as obrigações tributárias junto ao governo, acreditando-se que a operação garantia resultado suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os 12 meses seguintes.

Neste sentido, o principal assunto de atenção se tratava das obrigações tributárias da controlada indireta Minuano relativas a período pretérito de crise financeira, cujo montante elevado da dívida é hoje responsável pelo maior impacto financeiro nas contas, o qual engloba (nota explicativa 15 das Demonstrações Financeiras de 2024):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
INSS a recolher	21	25	293.089	281.502
FGTS a recolher	-	-	845	899
IRRF a recolher	13	23	515	892
IRPJ a recolher	-	-	110.746	106.680
CSLL a recolher	3	1	42.294	40.186
COFINS a recolher	-	-	51.780	49.983
PIS a recolher	-	-	11.039	10.617
Impostos Retidos	-	-	735	713
ICMS a recolher	-	-	1.133	1.130
Outros	-	-	4.933	4.718
Total	37	49	517.109	497.320

Dentre os débitos fiscais, existe uma parcela menor que está sendo paga mediante transações e parcelamentos, sendo que a maior parte é passível de prosseguimento da execução judicial. Destaca-se que apesar da dívida antiga, desde 2017 a Companhia vem cumprindo com obrigações tributárias decorrentes da operação.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Cabe ressaltar que a maior parte dos débitos que compõem esta dívida, foram considerados inadimplidos, após terem sua compensação com o Crédito Prêmio de IPI negada administrativamente pela Receita Federal. O referido crédito havia sido concedido para a Companhia por meio de decisão judicial, contudo não foi reconhecido pela Receita Federal e se tornou objeto de discussão judicial, atualmente em tramitação.

Por outro lado, tendo a Companhia realizado o reconhecimento contábil do Crédito Prêmio de IPI para realizar as compensações, existe ainda a cobrança de tributação sobre este valor, a qual segue sendo discutida judicialmente. O detalhamento dos processos citados consta no item 4.4 do Formulário de Referência.

Diante do cenário exposto, a Diretoria sempre esteve atenta a alternativas que viabilizassem o pagamento da dívida dentro das condições financeiras da controlada e com a manutenção da operação, contudo, tendo todo o seu patrimônio penhorado por execuções fiscais e escassas opções (com custo exorbitante) de financiamentos que viabilizassem a ampliação da operação, a única alternativa era extrair ao máximo a estrutura existente com contenção de custos.

Nesta linha, a Companhia manteve o acompanhamento das alterações legislativas em conjunto com seus consultores jurídicos, tendo verificado a viabilidade de apresentar pedido de transação tributária individual, nos termos da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022.

Assim, em abril de 2023 foi apresentado o primeiro pedido perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional visando a regularização dos demais débitos inscritos em dívida ativa e a emissão de Certidão Negativa de Débitos (CND). Entretanto, diante da complexidade da situação da Companhia e das outras providências que tiveram que ser tomadas, as condições ainda estavam sendo negociadas pelas partes.

Considerando o significativo impacto negativo das enchentes, ocorridas no mês de maio de 2024, as condições financeiras e patrimoniais da Companhia e de suas controladas exigiram que o processo de negociação fosse agilizado, diante dos grandes investimentos necessários para a retomada da produção de embutidos. A regularização da dívida tributária tornou-se indispensável para possibilitar a emissão de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

CND e, conseqüentemente, viabilizar o acesso às linhas de crédito, especialmente aquelas que beneficiam as empresas atingidas.

No dia 10 de maio de 2024, foi apresentado novo pedido de transação formalizando a informação deste cenário calamitoso para a Procuradoria, que demonstrou intenção de auxiliar no andamento das negociações.

A partir daquele momento, a Companhia passou a tomar as providências para atender as exigências da legislação e permitir que a Procuradoria possa aceitar o pedido da Companhia, dentre elas, a revisão da capacidade de pagamento da Companhia e a suspensão da exigibilidade da tributação sobre o Crédito Prêmio de IPI, a fim de que o processo judicial continue sua tramitação normal e este débito não seja incluído no montante transacionado.

Neste sentido, a Portaria PGFN/MF nº 1032/2024 acerca da Transação SOS-RS, que permitiu aos contribuintes com domicílio fiscal no Rio Grande do Sul regularizar os débitos inscritos em dívida ativa da União com benefícios maiores, foi capaz de auxiliar no processo. Por este motivo, após a publicação da Portaria, a Companhia apresentou pedido retificado, incluindo estes benefícios.

Em 28 de abril de 2025, a Companhia Minuano de Alimentos celebrou termo de transação tributária individual com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos da Portaria PGFN nº 6.757/2022.

O valor total dos débitos contemplados é de aproximadamente R\$ 556 milhões, correspondente aos débitos inscritos em dívida ativa até abril de 2025. Após aplicação dos descontos previstos e da compensação com créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, estima-se que o passivo consolidado será da ordem de R\$ 80 milhões. Esse montante será quitado em até 60 meses para os débitos previdenciários e em até 120 meses para os demais tributos. Os débitos atualmente parcelados em outros programas permanecerão nas respectivas modalidades. Em razão dos impactos da enchente ocorrida em maio de 2024, os primeiros 36 meses contarão com parcelas reduzidas, conforme os benefícios estabelecidos pela Portaria PGFN/MF nº 1.032/2024 (Transação SOS-RS).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A regularização da situação tributária da Controlada era tratada como prioridade estratégica nos últimos anos, uma vez que representava a principal fonte de passivo fiscal consolidado da Companhia, com impacto direto sobre seu resultado e posição patrimonial. Com a formalização do acordo, a Controlada estará apta à emissão da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos (CPDEN), condição necessária para o acesso a benefícios fiscais, operacionais e financeiros, incluindo a obtenção de linhas de crédito com condições mais favoráveis e o fortalecimento da posição da Companhia frente a seus stakeholders.

Os efeitos contábeis e financeiros da transação serão refletidos gradualmente, em conformidade com o cronograma de pagamentos e os respectivos impactos no caixa consolidado. A Companhia, diante deste novo cenário, inicia um processo de reestruturação estratégica com foco na consolidação de sua estabilidade financeira.

Seguros patrimoniais:

Outro aspecto relevante, no que diz respeito ao patrimônio da Companhia, que exige destaque pela Diretoria, é a questão dos seguros patrimoniais. A política adotada pela Companhia nos últimos anos, incluía a cobertura total das suas plantas operacionais por meio de seguros patrimoniais que garantissem a redução considerável de riscos com a perda de patrimônio. No entanto, durante o ano de 2023, a Companhia contratou seguros para cobrir eventuais sinistros somente na sede administrativa, nas Granjas e Incubatório.

Ainda no episódio da enchente que ocorreu no ano de 2020, a controlada Minuano passou a enfrentar problemas para a contratação de seguro para a unidade atingida. Apesar disso, até julho de 2023 existiam apólices contratadas para todas as unidades, ainda que não estivessem assegurando a empresa contra sinistros decorrentes de inundações. Entretanto, nos períodos em que ocorreram as enchentes relatadas em 2023 e 2024, não havia cobertura do patrimônio por apólices de seguro para as maiores unidades, tendo em vista que apesar dos esforços da administração, não havia oferta no mercado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Cabe ressaltar que, ainda que houvesse ocorrido a contratação normalmente, este tipo de evento climático não estaria coberto, uma vez que o custo da contratação específica para enchentes/ciclones se tornou extremamente elevada após a ocorrência de 2020, de modo que o custo do seguro não compensaria o valor da cobertura oferecida.

Neste sentido, existem dois fatores principais que passaram a dificultar a contratação de seguros. Na fábrica de embutidos está relacionado com a ocorrência das diversas enchentes recentes, acarretando a falta de interesse das seguradoras pelo alto risco e a oferta de apólices com baixa cobertura.

Por outro lado, no abatedouro a falta de interesse das seguradoras abrange todos os estabelecimentos do ramo frigorífico, uma vez que está relacionada propriamente com o risco da atividade destas indústrias, em razão do histórico recente de acidentes com equipamentos e estrutura, do mesmo modo no que se refere às fábricas de rações.

No final do ano de 2024, após diversas diligências realizadas junto à seguradoras, a Companhia recebeu uma nova proposta de apólice, no entanto, com valores extremamente elevados, tornando inviável sua contratação.

Apesar do cenário de difícil negociação, a Diretoria continuou buscando alternativas e opções que viabilizassem a contratação de apólices de seguro patrimonial para as demais unidades.

b) estrutura de capital

Devido ao Patrimônio Líquido Consolidado Negativo, a estrutura capital consolidada da Companhia está composta da seguinte maneira:

	(Montantes expressos em R\$ mil)		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Capital próprio (Patrimônio Líquido)	(312.125)	(324.175)	(336.085)
Capital de terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante)	687.129	651.472	633.973
Capital total (próprio + terceiros)	375.004	327.297	297.888
Parcela de capital próprio	-83,23%	-99,05%	-112,82%
Parcela de capital de terceiros	183,23%	199,05%	212,82%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos da Companhia se refere principalmente a:

- (i) Pagamento dos custos de produção, dentre eles gastos com pessoal, energia elétrica e gastos com manutenção; e
- (ii) Pagamento de obrigações, fiscais, trabalhistas e sociais.

A principal fonte de recursos da Companhia é o caixa gerado pelas atividades operacionais. No quadro a seguir são demonstrados os índices de coberturas dos últimos exercícios sociais.

	(Montantes expressos em R\$ mil)		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
EBITDA Ajustado	65.115	61.248	69.221
Resultado Financeiro	29.779	35.586	30.934
Índice de cobertura	2,19	1,72	2,24

Apesar dos prejuízos que estavam previstos para o ano de 2024, as medidas prontamente adotadas para redução de custos após a enchente de maio, merecem destaque especial, sendo elas a busca por alternativas de terceirização da produção a fim de manter a marca no mercado, a suspensão de todos os investimentos não relacionados à recuperação da unidade, alongamento de prazos com fornecedores, readequação do quadro de funcionários administrativos e administradores com redução do custo de folha, bem como a redução de demais custos em geral.

Agora, com a divulgação dos resultados do ano de 2024, é possível observar que as medidas adotadas pela Administração para enfrentamento das adversidades, foram eficazes, garantindo a manutenção de um bom resultado, apesar do impacto causado pelas enchentes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza como fonte de capital de giro os recursos próprios gerados na operação, pois, em virtude das dívidas tributárias antigas, acima mencionadas, a Minuano não possuía Certidão Negativa de Débitos (CND), que é requisito para acessar diversas linhas de crédito.

Com a celebração da transação tributária, espera-se que seja viabilizado o acesso às linhas de crédito e as fontes de financiamento em condições favoráveis, sempre que for oportuno aos negócios.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Havendo necessidade de financiamento de capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes para cobertura de deficiências de liquidez, a Companhia deve buscar acesso a outras fontes de financiamento em melhores condições, o que deverá ser avaliado após a emissão da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos (CPDEN).

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos relevantes.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possuía consórcios antigos contratados junto à instituição financeira, os quais foram liquidados durante o exercício social de 2024:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	(Montantes expressos em R\$ mil)			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Banrisul - Consórcios	-	274	-	163
	-	274	-	163

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

O emissor e suas controladas observavam diversas restrições para a contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, especialmente devido a existência de dívidas fiscais, que impediam a Controlada Indireta Minuano de expedir Certidão Negativa de Débitos (CND) e restringiam a alienação de seus bens imóveis, os quais foram penhorados como garantia de processos tributários.

Com a celebração do acordo de transação tributária com a PGFN em abril de 2025, a Controlada estará apta à emissão da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos (CPDEN), o que removerá as restrições para acesso a linhas de crédito e possibilitará a realização de investimentos em estrutura e modernização da operação, os quais não puderam ser priorizados por longo período.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

O emissor não possui financiamentos. Neste sentido, foi mantida apenas a operação de consórcio detalhada no item anterior, a qual foi liquidada em 2024.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Não houve alterações significativas no período de 2024, além daquelas já mencionadas sobre enchentes e seguros.

2.2 Resultados operacional e financeiro

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da controlada Companhia Minuano de Alimentos se divide basicamente em 2 segmentos, conforme quadro abaixo.

	(Montantes expressos em R\$ mil)		
	2024	2023	2022
Industrializados	171.084	182.797	205.329
Frigorífico - Abate e processamento de Aves	197.493	202.554	186.075
Total	368.577	385.351	391.404

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Receita Líquida

O faturamento líquido da Companhia no exercício de 2024 foi de R\$ 354.888 mil e de R\$ 368.066 mil em 2023. Em 2024 houve uma redução percentual de aproximadamente 3,71%, associada aos impactos da enchente de abril/maio de 2024.

Fatores positivos no período:

- Variação nas taxas atreladas ao dólar, o qual está diretamente ligado às vendas direcionadas ao Mercado Externo;
- Aumento no preço médio líquido nos produtos comercializados no Mercado Interno; e
- Reajuste no contrato de prestação de serviços junto a outra empresa do ramo.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Fatores negativos no período:

- a) Impacto da interrupção das atividades produtivas de industrialização de embutidos na cidade de Arroio do Meio, Rio Grande do Sul, nos meses de setembro e novembro de 2023; e
- b) Impacto da interrupção das atividades produtivas em toda a operação, decorrente da enchente que atingiu a maior parte do Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024.

Enchentes:

Diante da relevância da matéria, cumpre prestar maior ênfase ao impacto negativo observado pelas enchentes que atingiram as unidades da controlada Minuano nos anos de 2023 e 2024, como bem descrito no item 1.16 deste Formulário.

No que se refere ao impacto nas Demonstrações Financeiras de 2024, no início do mês de maio de 2024, a Companhia noticiou que as unidades produtivas da controlada Minuano, localizadas nas cidades de Arroio do Meio (embutidos e fábrica de rações) e Lajeado (abatedouro), foram atingidas pelas enchentes históricas que ocorreram em todo o estado do Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio daquele ano. O desfecho deste grande desastre natural foi de maior gravidade para a controlada Minuano, uma vez que atingiu, direta ou indiretamente, todas as seis unidades produtivas da Companhia.

Indiretamente, os transtornos observados nas unidades menores (granjas, incubatório e fábrica de rações) pela inundação em pátios e estruturas utilizadas por terceiros, falta de energia, internet e sinal de telefone, bem como, a dificuldade de acesso, causaram a redução/paralisação da produção por alguns dias. Por outro lado, as maiores unidades foram atingidas diretamente pela inundação. O frigorífico localizado na cidade de Lajeado teve diversas áreas de apoio atingidas e a produção paralisada por mais de uma semana, inclusive pelas dificuldades de acesso à cidade por funcionários, bem como, para recebimento de matéria-prima e suprimentos.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Na fábrica de embutidos, os danos estruturais causados pela enchente foram mais graves do que nos episódios anteriores, em razão da sua proximidade com o Rio Taquari, motivo pelo qual, a retomada parcial da produção foi possível somente após a realização de reparos em estruturas e equipamentos, resultando em aproximadamente dois meses de paralisação da operação.

Com intuito de mensurar os prejuízos causados por estes episódios em 2024, foi realizado o inventário de itens de estoques, bem como o levantamento dos gastos emergenciais associados à limpeza, transporte e manutenção de máquinas e equipamentos. O montante apurado segue detalhado no quadro a seguir:

(Montantes expressos em R\$ mil)

Natureza	Valor
Perdas Imobilizado	4.215
Ociosidade Fdha de Pagamento	3.871
Conservação e Manutenção	1.887
Locação de Máquinas	1.181
Total	11.154

(Demonstrações Financeiras 2024, Nota Explicativa 34.2)

Os valores demonstrados acima estão registrados na rubrica de “Outras Despesas Operacionais” das Demonstrações Financeiras, conforme indicado neste relatório através da nota explicativa nº 28.

Despesas com Vendas

Despesas com Vendas As despesas com vendas durante o exercício de 2024 foram de R\$ 16.128 mil (R\$ 20.247 mil em 2023), representando uma redução de 20,34%, refletindo as medidas de contenção de custos e a readequação operacional implementadas pela Companhia em resposta aos desafios do período.

O principal impacto na redução das despesas com vendas em 2024, também está relacionada com o maior volume de vendas na condição “FOB - Free On Board” e o custo dos fretes marítimos sobre as vendas junto ao Mercado Externo. No quadro

2.2 Resultados operacional e financeiro

abaixo são demonstradas as relações percentuais das despesas com vendas frente às receitas líquidas dos dois últimos exercícios, indicando a relação de 4,54% em 2024 e 5,5% em 2023, referente a participação das despesas com vendas sobre as receitas líquidas:

Rubricas	(Montantes expressos em R\$ mil)	
	2024	2023
Receita Líquida	354.888	368.066
Despesas com Vendas	16.128	20.247
Relação %	4,54%	5,50%

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A variação relevante na receita do ano de 2024 está relacionada com as enchentes que atingiram as unidades da Companhia nos meses de abril e maio, como informado na Nota Explicativa 34 das Demonstrações Financeiras do período, as quais ocasionaram uma redução no volume das vendas dos industrializados em 28% em comparação com o exercício social anterior, conforme devidamente demonstrado no Relatório de Administração no item “Receita Operacional Líquida”.

Do mesmo modo, variação relevante na receita do ano de 2023 está relacionada com as enchentes que atingiram as unidades da Companhia nos meses de setembro e novembro, como informado na Nota Explicativa 34 das Demonstrações Financeiras do período, que resultaram na redução do volume das vendas dos industrializados em 11% em comparação com o exercício social anterior.

Comparativamente, no exercício de 2022, o período mais sensível foi nos últimos meses do ano, devido ao fator político ocasionado pelas eleições.

2.2 Resultados operacional e financeiro

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados divulgados nas demonstrações financeiras do exercício social de 2024.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta	368.577	385.351	391.404
Receita Líquida	354.888	368.066	365.740
Lucro Bruto	93.766	95.156	104.240
Resultado Operacional	46.037	42.335	43.926
Lucro Líquido do Exercício	12.050	11.909	6.555
EBITDA Ajustado	65.115	61.248	69.221
Lucro por Ação	1,6972	1,6773	0,9232

(valores expressos em milhares de reais)

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Elas são elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Para o exercício de 2024, a Companhia não implementou mudanças significativas em suas práticas contábeis que alterem a base de apresentação das Demonstrações Financeiras em relação ao período anterior, salvo aquelas decorrentes de novas normas contábeis aplicáveis ao setor ou de aprimoramentos na aplicação das políticas existentes.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes não apresentou nenhuma opinião modificada e nenhuma ênfase.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não está prevista a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c) Eventos ou operações não usuais

A ocorrência de eventos ou operações não usuais com efeito relevante no exercício social de 2024 está relacionada com as enchentes, como já destacado nos itens anteriores (2.1 e 2.2), sendo que o prejuízo reconhecido é de R\$9.498 mil, no resultado de 2023, e de R\$11.154 mil, no resultado de 2024.

Além disso, o evento mais relevante com efeitos significativos nas Demonstrações Financeiras da Companhia, ocorrido após o encerramento do exercício de 2024, é a celebração do termo de transação tributária individual com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em 28 de abril de 2025.

Como já mencionado nos itens anteriores, este acordo tem um impacto financeiro e patrimonial substancial e, embora posterior ao fechamento do balanço de 2024, é um fato subsequente de grande materialidade que a administração considera crucial para a avaliação da Companhia.

Os principais efeitos esperados nas Demonstrações Financeiras são a redução significativa do passivo fiscal consolidado, a reversão do patrimônio líquido negativo, a melhora na estrutura de capital e na percepção de risco da Companhia e o impacto positivo no fluxo de caixa a longo prazo.

Embora a plena materialização contábil desses efeitos ainda não tenha ocorrido, tal evento foi capaz de eliminar uma das principais fontes de incerteza que pesava sobre seus resultados e posição patrimonial, conforme divulgado no Formulário de ITR relativo ao 1º trimestre de 2025.

2.5 Medições não contábeis

CASO O EMISSOR TENHA DIVULGADO, NO DECORRER DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, OU DESEJE DIVULGAR NESTE FORMULÁRIO MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS, COMO LAJIDA OU LAJIR, O EMISSOR DEVE:

A Companhia utiliza medições não contábeis para complementar a análise de seu desempenho operacional e financeiro, proporcionando uma visão mais abrangente e comparável de seus resultados. Essas métricas são elaboradas em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”), e conciliadas com as demonstrações contábeis auditadas.

a) informar o valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), e o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização). Adicionalmente, é utilizado o EBITDA ajustado ou LAJIDA ajustado, que inclui despesas e receitas não recorrentes que não configuram ingresso ou desembolso de caixa.

O EBIT pode ser definido como o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras. O EBITDA pode ser definido como o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações. Já o EBITDA ajustado ou LAJIDA ajustado é acrescido das despesas e receitas não recorrentes que não configuram ingresso/desembolso de caixa.

Seguem abaixo os valores de EBIT, EBITDA e EBITDA ajustado da Companhia divulgados nas Demonstrações Financeiras de 2024, com comparativo dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Medições não contábeis	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
EBIT	46.037	42.335	43.926
EBITDA	53.693	52.973	50.943
EBITDA Ajustado	65.115	61.248	69.221

2.5 Medições não contábeis

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A conciliação entre as medições não contábeis e os valores das demonstrações financeiras auditadas é apresentada a seguir, detalhando os ajustes para eventos não recorrentes:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	12.050	11.909
(+) IRPJ/CSLL	4.208	(5.160)
(+) Resultado financeiro	29.779	35.586
EBIT	46.037	42.335
(+) Depreciações e amortizações	7.656	10.638
EBITDA	53.693	52.973
(+/-) Eventos não recorrentes (a)	11.422	8.275
EBITDA - Ajustado	65.115	61.248
Receita Líquida	354.888	368.066
Ralação % EBITDA ajustado	18,35%	16,64%

Os valores demonstrados no quadro acima como “eventos não recorrentes”, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão relacionados à ajustes efetuados no período, e destacados nas notas explicativas nº 28 e 29, respectivamente identificadas como “Outras despesas operacionais” e “Outras receitas operacionais”, conforme quadro abaixo:

Ajuste	Valor	Divulgação
Provisão para Perda	2.717	NE nº 28 - item "b"
Perdas Enchente	13.815	NE nº 28 - item "d"
Créditos Fiscais	(6.761)	NE nº 29
Normas Contábeis	1.651	
Total	11.422	

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia acredita que o EBIT, EBITDA e EBITDA ajustado são informações adicionais às suas demonstrações contábeis, mas não são medidas contábeis de

2.5 Medições não contábeis

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não devem ser utilizadas como base de distribuição de dividendos ou como substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional, como indicadores de desempenho operacional, tampouco como indicadores de liquidez. O EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados ou revisados.

Em um ano desafiador como 2024, marcado pelos impactos das enchentes, a análise do EBITDA ajustado se torna particularmente relevante, pois permite isolar os efeitos não recorrentes e avaliar a resiliência e a capacidade de geração de caixa das operações contínuas da Companhia. Essa métrica oferece uma perspectiva mais clara da performance subjacente do negócio, auxiliando na compreensão da capacidade da Companhia de se recuperar e de sustentar suas atividades, independentemente de eventos extraordinários.

Adicionalmente, com a recente celebração da transação tributária em abril de 2025, que resultou em uma redução substancial do passivo fiscal, a relevância dessas medições não contábeis pode ser ainda mais acentuada em períodos futuros. Elas permitirão uma avaliação mais precisa do desempenho operacional da Companhia em um cenário de maior estabilidade financeira, livre das incertezas e dos impactos de um passivo fiscal significativo. A administração entende que, a partir de agora, o EBITDA ajustado poderá refletir de forma mais fidedigna a capacidade de geração de valor do negócio, sem a distorção de eventos passados ou extraordinários.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

EVENTO SUBSEQUENTE ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTERE SUBSTANCIALMENTE

Não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social de 2024.

2.7 Destinação de resultados

COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS SOCIAIS

a) regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada a participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado a efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório.

O lucro líquido terá a seguinte destinação: 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social; do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei 6.404/76, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório e o saldo, se for o caso, que não for apropriado a Reserva de Investimento de Capital, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva de Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Será formada com a parcela de 10% do saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório. Terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do Capital Social.

A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita Reserva Estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir aos acionistas. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o lucro líquido foi absorvido pela conta de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76. Deste modo, não houve deliberação para constituição de reservas e retenção de lucros.

b) regras sobre distribuição de dividendos

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço patrimonial semestral,

2.7 Destinação de resultados

bem como em decorrência de balanços em períodos menores, atendido no último caso, o limite do Artigo 204, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76, ou ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas, obedecidos os limites legais.

Quando declarados dividendos intermediários, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, para aprovação da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não houve distribuição de dividendos, uma vez que o lucro líquido foi integralmente absorvido pela conta de prejuízos acumulados.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

Nos últimos anos não foram distribuídos dividendos, de modo que a Companhia não possui uma periodicidade fixa para a distribuição de dividendos. A decisão sobre a distribuição e sua frequência deverá ser tomada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, com base na análise dos resultados do exercício, da situação financeira da Companhia e das necessidades de investimento e capital de giro.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

O emissor e suas controladas estavam impedidos de distribuir dividendos devido ao lucro líquido dos últimos exercícios sociais ser absorvido pela conta de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76, como ocorreu no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Do mesmo modo, não havia previsão de que isso ocorresse no exercício corrente de 2025 antes da transação tributária. Contudo, com a transação tributária individual celebrada pela Minuano com a PGFN, que resultou em uma redução substancial do passivo fiscal consolidado, é estimado que haja a reversão do patrimônio líquido negativo da Companhia.

Esta regularização remove uma das principais restrições que limitavam a capacidade

2.7 Destinação de resultados

de distribuição de dividendos da Companhia, abrindo novas perspectivas para a política de destinação de resultados em exercícios futuros, uma vez que a solidez patrimonial seja restabelecida e a geração de lucros consistentes seja alcançada.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O emissor não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, em razão do prejuízo acumulado dos últimos anos.

Com a recente transação tributária e a expectativa de reversão do patrimônio líquido negativo, a elaboração e aprovação da referida política ocorrerá ainda no ano de 2025, momento em que a Companhia estará em uma posição mais favorável para desenvolver e formalizar uma política de destinação de resultados que alinhe o reinvestimento no negócio com a remuneração aos acionistas, em conformidade com a legislação e o estatuto social.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem outros itens que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 2.8

O emissor não destacou assuntos no item 2.8.

2.10 Planos de negócios

INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR:

O plano de negócios da Companhia para os próximos exercícios será revisado diante da resolução da questão tributária histórica de sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos. A partir de agora, o foco estratégico da Companhia se desloca da gestão de passivos e contingências para a consolidação da estabilidade financeira e o crescimento sustentável, com uma visão de longo prazo e criação de valor para todos os stakeholders.

a) Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para o ano de 2024, os investimentos realizados pela controlada indireta totalizaram R\$34.770 mil. Desse montante, R\$17.027 mil foram principalmente destinados à recuperação das unidades atingidas pelas enchentes no exercício de 2024, refletindo a prioridade em restabelecer a capacidade operacional.

Para os próximos exercícios, com a regularização da situação tributária e a aptidão para emissão da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos (CPDEN), a Companhia prevê um processo de reestruturação estratégica com foco na consolidação de sua estabilidade financeira. Isso inclui investimentos direcionados à manutenção e modernização de seu patrimônio, áreas que, nos últimos anos, não puderam ser priorizadas em função das limitações impostas pelas dificuldades enfrentadas.

Os investimentos futuros visarão aprimorar a infraestrutura, equipamentos e tecnologia para aumentar a eficiência e a capacidade produtiva, bem como fortalecer a resiliência operacional.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Há alguns anos, a Companhia e suas controladas utilizam somente recursos próprios para efetivação de investimentos, podendo negociar parcelamentos diretamente com seus fornecedores.

2.10 Planos de negócios

Em virtude das dívidas tributárias antigas, a Minuano não possuía Certidão Negativa de Débitos (CND), o que era requisito para acessar diversas linhas de crédito. Com isso, as fontes de financiamento disponíveis eram escassas e garantiam acesso a baixos valores com taxas e juros exorbitantes.

Apesar disso, a negociação direta com fornecedores era possível em razão da boa relação mantida pela Companhia com o mercado em geral, demonstrando responsabilidade ao sempre quitar suas dívidas e compromissos nos prazos acordados, bem como, mantendo um histórico positivo de pagamento.

Com a celebração da transação tributária em abril de 2025 e a consequente aptidão para emissão da CPDEN, a Companhia terá acesso a linhas de crédito com condições mais favoráveis, o que se tornará uma fonte de financiamento crucial para os investimentos previstos em manutenção e modernização, complementando os recursos próprios gerados pela operação.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não foram realizados desinvestimentos relevantes e não há previsão de fazê-lo.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2024 a Companhia não efetuou aquisições individuais que influenciam materialmente sua capacidade produtiva, as aquisições fazem parte de um conjunto de ações que visam o melhor aproveitamento e ampliação da operação já existente.

Contudo, com a nova fase de estabilidade financeira proporcionada pela transação tributária, a Companhia planeja direcionar investimentos para a aquisição de equipamentos e a modernização de plantas, especialmente aquelas afetadas pelas enchentes, o que influenciará materialmente a capacidade produtiva e a eficiência operacional nos próximos exercícios.

2.10 Planos de negócios

c) Novos produtos e serviços, indicando:

Durante o exercício de 2024, os produtos novos foram desenvolvidos e produzidos por terceiros, motivo pelo qual, não foram reconhecidos valores desta natureza no resultado.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Durante o ano de 2024, não foram realizadas pesquisas ou projetos para o desenvolvimento e produção de novos produtos.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Durante o exercício de 2024, não foi registrado nenhum gasto em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

No final do ano de 2024, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos trouxe ao mercado uma nova linha de produtos com a marca "Minu", composta por Patês de carne de frango e suíno. Essa ação visa o incremento no mix de produtos comercializados, o compromisso com a força da sua marca e o reconhecimento dos seus clientes e parceiros.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício de 2024, os produtos novos foram desenvolvidos e produzidos por terceiros, de modo que não foram reconhecidos valores desta natureza no resultado.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O emissor inseriu em seu plano de negócios a realização de mapeamento e diagnóstico das questões de ASG, a fim de produzir relatório que possa ser divulgado ao mercado dentro do prazo concedido pela Comissão de Valores Mobiliários e Bolsa de Valores (B3).

Em fevereiro de 2025, foi firmado contrato com empresa especializada em

2.10 Planos de negócios

mensuração, reporte e monitoramento de dados ESG, através de soluções tecnológicas para a gestão de sustentabilidade. O projeto visa a implementação de um software que possibilitará o controle e monitoramento de dados, de maneira recorrente e automatizada.

Apesar disso, desde já é possível identificar diversas ações positivas nas práticas do emissor e suas controladas, por isso a Companhia busca aperfeiçoar pontualmente sempre que identifica oportunidades em procedimentos relacionados ao meio ambiente, sociedade e práticas de governança.

O emissor também tem proporcionado capacitação específica em ASG para profissionais de diversas áreas da empresa, bem como, desenvolveu internamente uma Política de Meio Ambiente, com intuito de adequar as práticas de gestão ambiental, visando a proteção e conservação do meio ambiente, trabalhando de forma a minimizar os impactos negativos causados por sua atividade.

Além disso, no âmbito social, seus indicadores demonstram a existência de boas práticas de diversidade no seu quadro de colaboradores, assim como, a realização de ações inclusivas como o projeto para profissionalização de jovens aprendizes PDC's através de parceria com o SENAI e a APAE.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO

Todos os fatores considerados relevantes pelo emissor foram descritos nos itens anteriores.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

PROJEÇÕES

Historicamente, a Companhia não tinha como prática divulgar projeções operacionais e financeiras. Contudo, em virtude de um evento de materialidade significativa e seus impactos esperados, a administração considera relevante apresentar uma projeção específica, em linha com a transparência e o compromisso com o mercado.

A Companhia, por meio de Fato Relevante divulgado em 30 de abril de 2025, apresentou uma projeção relacionada aos efeitos da transação tributária celebrada por sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos.

a. Objeto da projeção

O objeto da projeção é a reversão do patrimônio líquido negativo da Companhia.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

A projeção estima que o impacto positivo da transação tributária será suficiente para reverter o patrimônio líquido negativo registrado até o momento, com os principais impactos contábeis sendo refletidos nos resultados financeiros seguintes. O prazo de validade desta projeção está atrelado à concretização dos efeitos contábeis e financeiros da transação, conforme o cronograma de pagamentos e a aplicação dos benefícios acordados.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As premissas para esta projeção incluem:

Sucesso da transação tributária: A formalização do acordo com a PGFN e o pagamento da primeira parcela já foram concretizados.

Aplicação dos descontos e compensação com créditos: A estimativa de redução do passivo de R\$ 556 milhões para R\$ 80 milhões depende da compensação com créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Cumprimento do cronograma de pagamentos: A Companhia se comprometeu a quitar o passivo consolidado em até 60 meses para débitos previdenciários e em até 120 meses para os demais tributos, com parcelas reduzidas nos primeiros 36 meses. O cumprimento rigoroso deste cronograma é essencial.

Acesso a linhas de crédito mais favoráveis: A aptidão para emissão da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos (CPDEN) é uma premissa para o acesso a novas fontes de financiamento, que auxiliarão na gestão do fluxo de caixa e nos investimentos.

Manutenção da regularidade fiscal e do FGTS: A Companhia se comprometeu a observar todas as obrigações complementares previstas na Portaria PGFN nº 9.917/2020 e manter a regularidade com o FGTS.

Premissas influenciadas pela administração: O cumprimento do cronograma de pagamentos, a manutenção da regularidade fiscal e do FGTS, a gestão eficiente do fluxo de caixa e a busca por novas linhas de crédito são fatores sob o controle direto da administração.

Premissas que escapam ao controle da administração: Fatores macroeconômicos (inflação, taxas de juros).

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão

O indicador objeto da previsão é o Patrimônio Líquido Consolidado. A projeção é que este indicador reverta de um valor negativo para um valor positivo em 2025.

3.2 Acompanhamento das projeções

PROJEÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DE SEUS INDICADORES

Considerando que a Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras, nada há para informar neste item. Considerando que a Companhia não tinha como prática divulgar projeções operacionais e financeiras em exercícios anteriores, não há projeções passadas para serem comparadas ou substituídas neste Formulário de Referência.

A projeção ora divulgada, referente à reversão do patrimônio líquido negativo, será devidamente acompanhada e seus efeitos contábeis e financeiros serão refletidos no resultado de 2025. A Companhia manterá o mercado informado sobre o desempenho e a evolução desta projeção através de suas divulgações periódicas e eventuais, em conformidade com a regulamentação da CVM.

4.1 Descrição dos fatores de risco

DESCRIÇÃO DOS FATORES DE RISCO

Para elencar os riscos a seguir, a Companhia considerou aqueles que são conhecidos e relevantes na data de divulgação deste Formulário de Referência, sendo avaliado o grupo de empresas de forma consolidada. No que se refere à parte operacional, foram avaliados os fatores de risco na Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta.

Neste sentido, cabe esclarecer que podem existir outros riscos e incertezas porventura desconhecidos ou considerados menos relevantes neste momento, mas que, da mesma forma, podem impactar potencialmente a operação, o relacionamento com os mercados, o resultado financeiro, o valor de mercado, entre outros.

Fatores de risco

A Companhia está exposta a diversos fatores de risco inerentes ao seu setor de atuação e ao ambiente de negócios, os quais podem influenciar materialmente suas operações, resultados financeiros e valor de mercado.

A administração avalia continuamente esses riscos, buscando identificar e gerenciar seus potenciais impactos. Com a recente celebração da transação tributária com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Companhia mitigou uma das principais incertezas que impactavam sua continuidade operacional, conforme comunicado ao mercado em 30 de abril de 2025.

No entanto, a Companhia e suas controladas continuam expostas a outros riscos relevantes, incluindo aqueles relacionados a condições sanitárias, regulatórias, operacionais e de mercado.

Apresentamos os fatores de risco da Companhia, categorizados conforme as diretrizes da CVM, em ordem decrescente de relevância, conforme avaliação da administração:

1. Riscos Relacionados a Desastres Naturais e Eventos Climáticos Extremos:

A Companhia está sujeita a incidentes como incêndio, inundação, vendaval ou temporal, falha no abastecimento de energia e água, sabotagem, acidentes com veículos, greves ou paralisações, surtos, epidemias e pandemias e/ou vazamento de líquido refrigerante.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, possui unidades produtivas localizadas em regiões suscetíveis a eventos climáticos extremos, como inundações. A recorrência e a severidade de tais eventos representam um risco significativo para a continuidade das operações e a integridade dos ativos.

A Companhia tem enfrentado desastres naturais de alta severidade, resultando em enchentes na região em que estão localizadas as unidades ativas. Este fator de risco passou a apresentar maior relevância diante dos episódios observados em 2023 e o desastre climático que ocorreu em todo o estado do Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024. Os impactos observados na Companhia foram destacados especialmente no item 1.16 deste Formulário de Referência.

No início do mês de julho/2020, a unidade produtiva de embutidos localizada na cidade de Arroio do Meio/RS foi parcialmente atingida por enchente considerada histórica até aquele momento na região do Vale do Taquari, decorrente de ciclone extratropical.

No mês de setembro de 2023, ocorreu nova elevação do Rio Taquari decorrente de ciclone extratropical, causando a inundação mais severa vista na região do Vale do Taquari, marcada pela elevação acelerada da água e a violência da correnteza, amplamente divulgada em mídia nacional e internacional. Ainda no mês de novembro do ano de 2023, a mesma região sofreu com nova grande cheia do rio semelhante com a anterior em relação ao nível da água, mas com menor severidade catastrófica. Nestas duas ocasiões a inundação atingiu diretamente as duas maiores unidades da controlada Minuano, de embutidos e o abatedouro de frangos.

No início do mês de maio de 2024, o Rio Grande do Sul vivenciou o maior desastre natural da sua história, que marcou o Vale do Taquari pela maior e mais devastadora enchente vista na região, tendo elevado cerca de quatro metros a mais no nível do Rio Taquari do que anteriormente registrado. Neste desastroso evento climático, todas as unidades da controlada foram atingidas direta ou indiretamente.

As perdas e gastos apurados em 2024 representam a quantia de R\$ 11.154 mil, registrados como "Outras Despesas Operacionais", incluindo perdas de imobilizado, ociosidade de folha de pagamento, conservação e manutenção, e locação de máquinas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em razão dos eventos terem ocorrido com frequência em curto período, é possível que este nível de enchente se torne recorrente na região, além disso, verificou-se que, além dos riscos causados pela inundação em altos níveis, também há risco de destruição parcial ou total das estruturas atingidas pela força da água, a depender do grau de severidade da enchente.

Ainda, observou-se que as enchentes em níveis tão elevados, além de destruir estruturas de prédios, podem inviabilizar totalmente os acessos terrestres para diversos municípios da região devido à destruição de estradas e pontes; podem causar falta de energia, internet e sinal de telefone em toda a região (de 40 municípios), inclusive com a destruição das linhas de transmissão de energia; e podem causar falta de água potável, pela inundação de estações de tratamento de água.

A materialização de futuros eventos climáticos extremos podem causar novas interrupções na produção, danos a ativos, perdas de estoque, interrupções na cadeia de suprimentos e dificuldades de acesso para funcionários e matérias-primas, impactando negativamente a receita e os custos operacionais.

2. Riscos de Concentração de Receita e Dependência de Contrato de Prestação de Serviço:

A Companhia possui uma concentração significativa de sua receita em um único cliente, por meio de Contrato firmado com empresa do ramo para a prestação de serviços, que representa mais de 40% do faturamento mensal.

A dependência de um único contrato de prestação de serviços, mesmo que de longo prazo, expõe a Companhia ao risco de perda ou redução substancial dessa receita caso o contrato não seja renovado, renegociado em termos desfavoráveis, ou se o cliente enfrentar dificuldades operacionais ou financeiras.

O referido contrato também envolve a negociação de compra e venda de matéria-prima destinada do abatedouro para a produção própria dos produtos embutidos. A maior parte da carne de frango utilizada na fábrica de embutidos é proveniente da produção do abatedouro da própria Companhia, sendo adquirido da empresa parceira naquela unidade, mediante negociação prévia. Essa negociação é importante porque garante o controle da oferta da matéria-prima e do seu custo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A materialização deste risco pode impactar severamente o fluxo de caixa e a capacidade operacional da Companhia, exigindo uma rápida adaptação e busca por novas fontes de receita.

3. Riscos de Conformidade Regulatória no Setor de Alimentos:

A Companhia está sujeita à regulamentação e fiscalização de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais e de diversos órgãos como Ministério da Agricultura (MAPA), Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) e Ministério do Trabalho e Emprego, relativamente ao processo de fabricação de seus produtos, bem como sua higiene, conservação, embalagem, armazenagem, distribuição e transporte.

Os licenciamentos e habilitações mais relevantes são obrigatórios desde o início e durante as atividades da Companhia controlada, havendo ainda requisitos específicos a serem cumpridos para viabilizar o comércio ao exterior. Neste sentido, é necessário manter os devidos registros junto ao órgão competente para autorizar a sua atuação com produtos de origem animal, neste caso, o Serviço de Inspeção Federal (SIF) sob o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Paralelo a isso, além do registro no SIF e a inspeção permanente do órgão instalada na unidade, a Companhia deve manter habilitações próprias para exportação de produtos de origem animal, seguindo procedimentos de cada país, sendo que o cumprimento dos requisitos é fiscalizado pelo MAPA e/ou por órgãos específicos.

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades pode resultar, sem prejuízo da responsabilização de natureza penal e civil, com obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza administrativa, tais como multa, suspensão parcial ou total das atividades, cancelamento de registro, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público. Qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Mudanças ou alterações nas atuais leis e regulamentações poderiam acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas

4.1 Descrição dos fatores de risco

atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia. Além disso, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento da regulamentação poderá igualmente ter um efeito financeiro adverso relevante para suas atividades.

Este risco é considerado relevante especialmente pela possibilidade de paralisar total ou parcialmente a produção de forma imediata, pela ação do SIF permanente instalado dentro das unidades.

O não cumprimento de quaisquer dessas normas pode resultar em multas, sanções, litígios e danos à reputação. A Companhia está exposta a riscos regulatórios devido à interpretação e aplicação das leis poderem mudar.

4. Riscos de Conformidade Regulatória para Exportação:

Para possibilitar a exportação dos produtos resultantes da sua operação, além da instalação permanente do Serviço de Inspeção Federal, as principais unidades da controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, possuem habilitações específicas para Operar no Comércio Exterior junto ao Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento – MAPA, estando sujeitas a fiscalização do órgão e diversas regras específicas.

Paralelo a isso, ainda existem outros requisitos específicos a serem observados para viabilizar a exportação para importantes clientes de destinos como União Europeia, China e Japão, que exigem, por exemplo, certificações (BRC, WQS,...) e a realização de auditorias externas frequentes. Neste sentido, o comércio destinado a países de religião muçulmana, está sujeito às regras de caráter religioso para realização de abate seguindo os preceitos da religião islâmica, denominado “abate Halal”, devidamente certificado.

A perda de habilitações para exportação pode comprometer a venda de produtos para determinados países, especialmente no que se refere à obrigação assumida no contrato de prestação de serviços, inclusive com risco de resolução contratual a depender da gravidade.

4.1 Descrição dos fatores de risco

5. Riscos de Conformidade Regulatória Ambiental:

As atividades da controlada Companhia Minuano de Alimentos estão sujeitas a regulação ambiental, por meio de uma extensa legislação federal, estadual e municipal voltadas à preservação ambiental.

A Companhia está sujeita às leis abrangentes, regulamentos, autorizações e licenciamentos federais, estaduais e municipais, relativos à interferência em áreas protegidas, ao tratamento e eliminação de resíduos, descargas de poluentes no ar, água e solo, emissões atmosféricas e ruído, entre outros, os quais afetam os seus negócios.

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades ambientais pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multa, suspensão parcial ou total das atividades, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público. Qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Novas exigências ambientais, interpretações mais rigorosas dos requisitos ambientais existentes ou alterações nas leis e regulamentações, podem acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação, gerando um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia, sua condição financeira, seus resultados de operações e seus fluxos de caixa.

Ainda, eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a sua eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos.

Neste sentido, a controlada Companhia Minuano está sempre alerta aos impactos ambientais que suas unidades podem causar, realizando constante monitoramento e revitalizações no que se refere ao trato aos resíduos oriundos do processo produtivo. O maior risco se refere a perda de licença para operar, podendo acarretar a paralização total e necessidade de altos investimentos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia Minuano de Alimentos possui Política de Meio Ambiente implantada e um sistema adequado de gestão ambiental, visando a proteção e conservação do meio ambiente, trabalhando de forma a minimizar os impactos negativos causados pela atividade.

6. Riscos de Falta de Suprimentos, Variação no Custo de Produção e Competitividade do Setor:

Dentre os componentes para formação dos custos de produção ou custos para prestação de serviços, estão sujeitos a oscilações de preços os custos dos insumos, custos de energia elétrica, custos de manutenção e gastos com reposição, reclamatórias e benefícios a empregados. Contudo, a falta de qualquer suprimento é ainda mais grave do que a oscilação do seu preço, sendo capaz de inviabilizar a produção.

O preço das matérias-primas e embalagens utilizadas pela controlada Companhia Minuano de Alimentos para a produção de embutidos de marca própria é volátil e uma oscilação brusca ou inesperada nesses preços poderá ter um efeito adverso para os negócios e resultados do emissor.

Como mencionado no fator “Contrato de Prestação de Serviço”, parte da matéria prima utilizada na produção de embutidos decorre da operação do abatedouro, sendo adquirida por meio de negociação existente no citado contrato. Todavia, eventual rompimento desta negociação pode comprometer substancialmente a produção de embutidos, uma vez que além da variação nos preços praticados, se trata de matéria-prima escassa no mercado.

Por outro lado, o segmento de mercado em que a controlada Companhia Minuano de Alimentos atua é altamente competitivo e enfrenta, há muitos anos, concorrência de outras empresas sólidas, com presença tanto nos mercados regionais e nacional, quanto internacional, o que facilita o acesso às regiões metropolitanas de algumas dessas companhias. A Companhia não tem como garantir que essa dinâmica competitiva não venha a resultar na diminuição do volume de suas vendas e/ou fazer com que tenha que reduzir seus preços, ou, ainda, que não provoque margens de lucro menores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ademais, a continuidade do fenômeno de concentração dos setores varejistas pode provocar a diminuição da base de clientes, incluindo a da Companhia, elevando sua dependência aos grandes grupos varejistas muito acima dos patamares que historicamente as mesmas têm mantido, o que pode ter um efeito adverso para a Companhia.

A incapacidade de repassar o aumento dos custos de produção para os preços de venda de seus produtos ou serviços pode comprimir as margens de lucro da Companhia.

7. Riscos de Não Conformidade com a Transação Tributária

A Companhia Minuano de Alimentos celebrou, em 28 de abril de 2025, termo de transação tributária individual com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), regularizando integralmente seus débitos tributários inscritos em dívida ativa da União.

O valor total dos débitos contemplados é de aproximadamente R\$ 556 milhões, e, após aplicação dos descontos e compensações, o passivo consolidado estimado é de R\$ 80 milhões, a ser quitado em até 60 ou 120 meses, com parcelas reduzidas nos primeiros 36 meses devido aos impactos da enchente de maio de 2024.

Apesar da significativa redução e renegociação da dívida, a continuidade dos benefícios concedidos está condicionada ao cumprimento rigoroso das obrigações complementares previstas na Portaria PGFN nº 9.917/2020, à manutenção da regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e ao cumprimento integral do plano de pagamento pactuado.

O descumprimento dessas condições poderá resultar na perda dos benefícios concedidos e na rescisão da transação. A materialização deste risco de não conformidade pode levar à reversão dos benefícios obtidos, restabelecendo a dívida original e suas penalidades, e comprometendo severamente a estabilidade financeira e a capacidade de acesso a crédito da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

8. Riscos de Litígios e Processos Judiciais:

O emissor e suas controladas são partes envolvidas em processos judiciais e administrativos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, com risco de resultados desfavoráveis aos interesses da Companhia.

Com relação às questões tributárias, as dívidas relevantes relativas a período pregresso de crise financeira que estavam sendo discutidas judicialmente foram negociadas através da Transação Tributária celebrada, portanto as execuções judiciais devem ser arquivadas.

No caso das ações de natureza cível, a Companhia e suas controladas podem figurar como Réis na discussão de questões rotineiras de seus negócios, tais como pedidos de indenizações por supostas cobranças e inclusões em cadastro de inadimplentes realizadas de forma indevida, alegações de descumprimento contratual, indenizações por danos morais e materiais, dentre outras.

Além disso, em razão do segmento de atuação da Companhia controlada, a quantidade de reclamações trabalhistas ajuizadas por ano também pode ser considerado fator relevante de impacto. Geralmente as ações versam sobre reconhecimento de hora extra e seus reflexos, nulidade de regime de compensação de jornada, indenização por acidente de trabalho, indenização por danos morais e materiais, dentre outras matérias.

A materialização desses riscos pode gerar desembolsos inesperados, afetando a liquidez e os resultados da Companhia.

9. Riscos de Mercado de Capitais e Relacionamento com Acionista Controlador:

Apesar de estar em constante crescimento, a volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de comprar vender as ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários

4.1 Descrição dos fatores de risco

internacionais. Além disso, as ações da Companhia apresentaram baixa negociação e liquidez nos últimos anos.

O emissor pode necessitar de recursos adicionais e poderá optar por obtê-los por meio de colocação pública ou privada de títulos de dívida ou de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, principalmente na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis. Se os acionistas assim decidirem, os recursos adicionais a serem obtidos por meio de aumento do capital social da Companhia, poderão resultar na diluição da participação do investidor nas ações da Companhia.

O acionista controlador da Companhia tem poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia, bem como, sujeito a exceções, determinar o resultado final das matérias, cuja deliberação seja de competência da Assembleia Geral de acionistas, por representar a maioria das ações, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, assim como o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos demais acionistas da Companhia. Adicionalmente, o falecimento do acionista controlador da Companhia ou a sua opção pela venda de parcela significativa ou a totalidade de suas participações para terceiros, podem interferir nos negócios.

No caso da Companhia, atualmente o grupo controlador está envolvido em ação de espólio, em virtude do falecimento do acionista que administrava o controle do grupo, o que pode tornar mais imprevisível a atuação. Eventual mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos, podem afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

Além disso, a disseminação do controle societário também pode influenciar negativamente a condução dos negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

10. Riscos Relacionados à Cobertura de Seguros e à Proteção Patrimonial:

É fator de risco nas unidades operacionais do grupo, a ocorrência de eventos que causem danos materiais no patrimônio ocasionados por caso fortuito, força maior ou por ação de terceiros.

Historicamente, a Companhia adotou política de contratação de seguros para resguardar seu patrimônio, incluindo apólices para sinistros em Granjas e Incubatório. Contudo, as apólices referentes às unidades fabris venceram em julho de 2023 e não foram renovadas devido à falta de interesse das seguradoras e aos altos preços praticados, mesmo para coberturas parciais. Perdas como as resultantes da enchente de 2024 não estariam cobertas, uma vez que o custo da apólice para enchentes não compensa o valor da cobertura oferecido.

A dificuldade na contratação de seguros decorre de dois fatores principais: a recorrência de enchentes na fábrica de embutidos e a percepção de risco inerente à atividade frigorífica para o abatedouro e a fábrica de rações, afetando o interesse das seguradoras.

A incapacidade de obter ou manter seguros abrangentes a custos razoáveis expõe a Companhia a perdas financeiras substanciais em caso de futuros sinistros, que não seriam compensadas por apólices de seguro, impactando diretamente o patrimônio e a liquidez. Além disso, também há risco atrelado ao contrato de prestação de serviços, onde a exigência de contratação de seguros é parte da negociação, e a Companhia compartilha essas negociações com a contratante.

11. Riscos de Relação com países estrangeiros

Dentre os principais mercados de atuação no exterior, existem riscos atrelados aos clientes localizados em regiões com maior instabilidade financeira ou política gerada por conflitos religiosos.

Tais instabilidades podem acarretar interrupções nas operações comerciais, restrições na entrega de contêineres em portos e/ou bloqueios governamentais no recebimento de mercadorias.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, também existem riscos de prejuízos financeiros nas transações comerciais do mercado externo, relacionados com as questões sanitárias de exportação, como por exemplo, os surtos de Gripe Aviária verificados em diferentes países, o estado de pandemia mundial, perda de habilitações junto ao Ministério da Agricultura e falha no processo de abate halal.

Por fim, as habilitações para exportação também são essenciais para a manutenção do contrato de prestação de serviços firmado.

12. Riscos de Desmoralização de Marcas Próprias e Reputação:

A controlada Companhia Minuano de Alimentos está sujeita a reclamações de consumidores e à necessidade de reposição de produtos, o que pode afetar negativamente sua imagem, bem como ter um impacto relevante em seus custos, negócios e resultados, acarretando um efeito adverso para a Companhia.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos produz e vende alimentos para consumo humano, o que envolve riscos, tais como contaminação e perecimento. Caso a Companhia venha a ser condenada em algum processo de responsabilidade civil relacionado aos seus produtos ou venha a realizar alguma reposição de seus produtos, isto poderia impactar negativamente sua lucratividade por um período, dependendo: (i) do volume do produto no mercado; (ii) da reação dos concorrentes; e (iii) da reação dos seus consumidores acarretando, inclusive, custos relevantes de reposição, explicações na mídia e com advogados, bem como possíveis pagamentos de indenizações.

Mesmo que não sejam responsabilizadas em uma ação judicial, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação aos seus produtos e à sua qualidade poderia afetar adversamente sua reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como sua imagem corporativa e de suas marcas, o que acarretaria um efeito adverso para a Companhia, seus negócios e resultados.

13. Riscos Sociais e Trabalhistas:

No que se refere aos fatores de risco no âmbito trabalhista, por se tratar de empregados do ramo frigorífico em sua maior parte, podem ocorrer acidentes de

4.1 Descrição dos fatores de risco

trabalho ou doenças ocupacionais, ou a elas equiparadas, sofridos por seus colaboradores, com liame causal no exercício das tarefas intrínsecas ao trabalho.

Além disso, no âmbito social existem riscos relacionados à falta de mão de obra, que pode ser observada na região em que estão localizadas as unidades produtivas, e a dificuldades na negociação com o Sindicato da categoria, que podem reduzir ou paralisar as operações nas unidades.

14.Riscos Relacionados à Administração e Gestão de Pessoas:

A Companhia depende de seus membros da alta administração e outros profissionais qualificados para implantar suas estratégias de negócios. Os esforços para atrair e reter profissionais podem resultar em despesas adicionais significativas, podendo afetar a Companhia de forma adversa e impactar os seus resultados. Além disso, a perda de profissionais importantes pode afetar negativamente a capacidade da Companhia de implementar a sua estratégia, bem como as despesas associadas a essas perdas podem afetar os resultados da Companhia.

Tais alterações, ou potenciais alterações futuras, na composição da administração da Companhia podem resultar em modificações na estratégia de negócios da Companhia, o que poderá gerar um efeito adverso relevante.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

OS 5 (CINCO) PRINCIPAIS FATORES DE RISCO, DENTRE AQUELES ENUMERADOS NO CAMPO 4.1

1. Riscos Relacionados a Desastres Naturais e Eventos Climáticos Extremos.
2. Riscos de Concentração de Receita e Dependência de Contrato de Prestação de Serviço.
3. Riscos de Conformidade Regulatória.
4. Riscos de Suprimentos, Custo de Produção e Competitividade do Setor.
5. Riscos de Não Conformidade com a Transação Tributária.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

RISCOS DE MERCADO

O emissor e suas controladas estão expostos a riscos de mercado que podem afetar adversamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais. A Administração monitora continuamente as mudanças no cenário econômico, político e setorial que possam influenciar suas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de *performance*.

A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes. A materialização deste risco pode resultar em perdas financeiras e impactar o fluxo de caixa da Companhia.

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo. No mercado interno, a forte concorrência pode levar a ajustes nos preços de venda para manter a competitividade. Tais oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia.

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais.

Atualmente, este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 30,5% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo no exercício de 2024.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possuía 46 contratos de trava cambial ativos em 31 de dezembro de 2024, totalizando o montante de US\$ 15.809 mil. Tais contratos possuem taxas que variam de R\$ 5,25 a R\$ 6,26, e prazos de liquidação que podem variar entre 3 e 48 meses.

Os recebíveis vinculados ao dólar, em 31 de dezembro de 2024, estão assim distribuídos (em R\$ mil):

Contas a receber	Vir em USD	Taxa Média	Valor Justo	Taxa Efetiva	Valor em R\$	Efeito Trava
Recebíveis com trava	15.809	5,5880	88.343	6,1917	97.887	(9.544)
Recebíveis sem trava	3.211	6,1917	19.884	6,1917	19.884	-
Total	19.021		108.227		117.771	(9.544)

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade leva em consideração o saldo de contas a receber em aberto, os contratos de trava cambial vigentes e a taxa de fechamento de câmbio do dia 31 de dezembro de 2024, a qual indica o montante de R\$ 117.771 mil. Conforme projeção estimada pelo boletim FOCUS, a variação da taxa do dólar é de 6,00.

No quadro a seguir demonstramos o impacto desta variação (em R\$ mil):

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$
Recebíveis com trava	15.809	5,5880	88.343
Recebíveis sem trava	3.211	6,0000	19.268
Total	19.021		107.611

d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias, no período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2024 (em R\$ mil):

	31/12/24	Selic estimada 15,00%
INSS a recolher	293.089	337.052
FGTS a recolher	845	972
IRRF a recolher	515	592
IRPJ a recolher	110.746	127.358
CSLL a recolher	42.291	48.635
COFINS a recolher	51.780	59.547
PIS a recolher	11.039	12.695
Impostos Retidos	738	849
ICMS a recolher	1.133	1.303
Outros	4.933	5.673
Total	517.109	594.676

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a taxa futura estimada da Selic para o ano de 2025, que foi de 15,00%. A materialização deste risco pode resultar em aumento de despesas financeiras e

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

impactar a capacidade de financiamento da Companhia.

Com a celebração da transação tributária e a expectativa de emissão da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos (CPDEN), a Companhia espera obter acesso a linhas de crédito com condições mais favoráveis, o que poderá mitigar parcialmente o risco de taxa de juros sobre novas captações, embora o custo da dívida existente continue a ser influenciado pelas condições de mercado.

Além disso, emissor e suas controladas entendem que, no cenário atual, os riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência contemplam a totalidade de condições desfavoráveis que podem ser considerados como riscos à Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS RELEVANTES

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas e de outras naturezas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são garantidas por depósitos recursais ou bens.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos assessores jurídicos da Companhia e sociedades controladas.

As contingências avaliadas com risco de perda “provável” são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas, sendo que as provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Registra-se, no entanto, que a chance de perda diz respeito a um aspecto estimativo, não importando, portanto, em qualquer assunção de obrigação.

Abaixo são destacados os processos não sigilosos em que a Companhia ou suas controladas são partes e que são relevantes.

a) Processos de natureza tributária:

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais de natureza tributária, envolvendo débitos federais inscritos em Dívida Ativa da União, relacionados a tributos como IPI, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e contribuições previdenciárias.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Em 28 de abril de 2025, foi celebrado termo de transação tributária individual com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com fundamento na Portaria PGFN nº 6.757/2022, abrangendo a integralidade dos débitos federais inscritos em dívida ativa até essa data, no valor original aproximado de R\$ 556 milhões. Após aplicação dos benefícios legais – incluindo descontos, compensação com créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL – o montante consolidado estimado da dívida é da ordem de R\$ 80 milhões.

A consolidação da transação ocorreu com o pagamento da primeira parcela, em 30 de abril de 2025. O parcelamento prevê quitação em até 60 meses para débitos previdenciários e até 120 meses para os demais tributos, com benefício adicional de parcelas reduzidas nos primeiros 36 meses, conforme as regras da Transação SOS-RS (Portaria PGFN/MF nº 1.032/2024), aplicável em razão dos efeitos das enchentes ocorridas no estado do Rio Grande do Sul em 2024.

Com a formalização do acordo, todos os processos tributários vinculados aos débitos abrangidos encontram-se com exigibilidade suspensa, conforme previsão legal, não havendo atualmente passivos tributários relevantes pendentes de resolução. Os débitos objeto da transação foram adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras, de acordo com o cronograma pactuado, e a Companhia se mantém em regularidade fiscal, inclusive para fins de emissão da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN).

A regularização da situação fiscal, tratada como prioridade estratégica pela administração, representa importante avanço na estabilidade financeira da Companhia e permitirá acesso a condições mais favoráveis de crédito, benefícios fiscais e operacionais, com impacto positivo esperado sobre o patrimônio líquido consolidado nos próximos exercícios.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b) Processos de natureza cível:

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em 58 ações cíveis. A maior parte das ações de natureza cível nas quais a Companhia e suas controladas figuram como rés envolvem questões rotineiras de seus negócios, tais como alegações de descumprimento contratual, indenizações, dentre outras. Por outro lado, as companhias são autoras em processos de execução de clientes devedores, por descumprimento contratual, dentre outros.

Abaixo são destacados os processos cíveis em que a Companhia ou suas controladas são partes e que são relevantes individualmente, constando valor de contingência em 31/12/2024:

Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger

Processo nº	5012460-81.2024.8.21.0017
a. Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	19/09/2024
d. Partes no processo	Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger, Companhia Minuano de Alimentos e Minupar Participações S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.228.585,38 - valor da causa
f. Principais fatos	Processo de execução de título extrajudicial, originário de contrato particular de mútuo oneroso, no valor de R\$ 1.364.850,00.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não foram proferidas decisões de mérito.
h. Estágio do processo	Embargos à Execução de nº 5014807-87.2024.8.21.0017/RS recebidos no efeito suspensivo.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Processo envolvendo mútuo oneroso com parte relacionada, parte contrária é antigo Administrador das Companhias do grupo.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Valor da causa atualizado, acrescido de honorários sucumbenciais a serem fixados pelo juízo.

4.4 Processos não sigilosos relevantes**Agostinho Carrer Participações S.A. e Frigorífico Nova Araçá Ltda.**

Processo nº	5001358-14.2014.8.21.0017
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	18/02/2014
d. Partes no processo	Minupar Participações S.A. (exequente), P&O Participações Ltda. e Agroaraçá Indústria de Alimentos Ltda. (executadas)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14.652.270,03
f. Principais fatos	<p>Ação de Execução de Título Extrajudicial relativa a Escritura Pública de Mútuo firmada entre as partes. O mútuo foi firmado em virtude do Contrato de Promessa de Aquisição, Incorporação ou Fusão Societária e Outras Avenças que as partes firmaram, no entanto, após a Due Diligence a aquisição/incorporação/fusão não foi concretizada.</p> <p>As executadas ajuizaram Embargos à Execução sob o nº 017/1.14.0003383-1 em 16/06/2014, descrito a seguir.</p> <p>Em 11/10/2019, nos autos dos Embargos à Execução, foi homologado o acordo firmado englobando todos os processos em tramitação entre as partes e incluindo a Companhia Minuano de Alimentos e os senhores Orlando Carrer e Pedro Carrer, que eram partes dos outros processos (autuados sob nº 017/1.14.0003383-1, 051/1.14.0001737-6, 090/1.15.0002414-0 e 017/1.15.0001091-4).</p> <p>Em fevereiro de 2020 foi determinada penhora no rosto dos autos para pagamento de Execução Fiscal nº 5003100-33.2014.4.04.7114 (União x Minuano), passando a ser depositados os valores judicialmente.</p> <p>Em novembro de 2023 foi verificado o descumprimento integral do acordo, restando possibilitado o prosseguimento da execução.</p> <p>Em janeiro de 2023 a Companhia tomou conhecimento do pedido de Recuperação Judicial ajuizado pela executada Frigorífico Nova Araçá Ltda. (atual Agroaraçá Indústria de Alimentos) e deu prosseguimento à Execução em face de Agostinho Carrer Participações S.A. (atual P&O Participações).</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 11/10/2019, nos autos dos Embargos à Execução, foi homologado o acordo firmado englobando este e os demais processos em tramitação entre as partes, bem como, a Companhia Minuano de Alimentos e os senhores Orlando Carrer e Pedro Carrer, que eram partes dos outros processos.
h. Estágio do processo	Execução em andamento.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Relevância financeira
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não recebimento do crédito, caso a Companhia não tenha êxito na cobrança dos valores.

Município de Cruzeiro do Sul

Processo nº	5004391-65.2021.8.21.0017
a. Juízo	1ª Vara Cível de Lajeado/RS
b. Instância	2º grau
c. Data de instauração	21/07/2021
d. Partes no processo	Município de Cruzeiro do Sul e Companhia Minuano de Alimentos
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Imóvel localizado no município de Cruzeiro do Sul
f. Principais fatos	O Município de Cruzeiro do Sul efetivou a revogação da doação do imóvel por suposto descumprimento de encargo, requerendo a reversão do bem ao patrimônio público. A doação ocorreu em 1973, e se deu por escritura pública, contendo como condição a “construção de moderno aviário”.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<u>Sentença</u> : julgada a improcedência total da ação. <u>Julgamento em sede de Recurso de Apelação</u> : O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul reverteu a sentença para julgar pela validade da revogação. <u>Tutela Cautelar Antecedente no STJ</u> : atribuição de efeito suspensivo ao Agravo em Recurso Especial da Minuano.
h. Estágio do processo	A Companhia continua recorrendo da decisão pelos meios disponíveis.
i. Chance de perda	Provável
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Envolve imóvel da Companhia controlada
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Risco de reversão do imóvel ao patrimônio público e pagamento de honorários sucumbenciais.

4.4 Processos não sigilosos relevantes**Welinton Balderrama dos Reis**

Processo nº	5014361-69.2024.8.21.0022
a. Juízo	Juizado Regional Empresarial da Comarca de Pelotas/RS
b. Instância	1º grau
c. Data de instauração	24/04/2024
d. Partes no processo	Welinton Balderrama dos Reis e Minupar Participações S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que havia sido convocada para se realizar no dia 26 de abril de 2024.
f. Principais fatos	Nova alegação de abuso do controlador pelo acionista minoritário, antigo administrador da Companhia, requerendo a suspensão da convocação.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há
h. Estágio do processo	Apresentada contestação e aguardando designação de audiência de instrução.
i. Chance de perda	Perda possível
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Envolve questões societárias
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Questões societárias, pagamento de custos processuais e honorários advocatícios.

Dayvis de Oliveira Lopes

Processo nº	0227302-43.2021.8.06.0001
a. Juízo	28ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE
b. Instância	2º grau
c. Data de instauração	09/06/2021
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos, Dayvis de Oliveira Lopes, Chao Em Hung, Solidez CCTVM Ltda. e Espólio de Chao En Ming.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.678.972,37
f. Principais fatos	Ação de Conhecimento de Arbitramento de Honorários Advocatícios decorrente de contrato de prestação de serviços advocatícios supostamente firmado, envolvendo ação a ser ajuizada em nome da Companhia.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<u>Sentença</u> : parcialmente procedente a ação para reconhecer os serviços advocatícios prestados e condenar as requeridas ao pagamento de 15% sobre o montante excluído das dívidas objeto da ação.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. Estágio do processo	Aguarda julgamento do recurso de apelação.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Relevância financeira
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	15% sobre supostos serviços prestados, acrescido de custos processuais e honorários sucumbenciais fixados pelo juízo.

Recrusul

Processo nº	017/1.14.0005983-0
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º grau
c. Data de instauração	09/10/2014
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e Recrusul S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.794.263,15
f. Principais fatos	Ação de rescisão contratual cumulada com devolução de valores
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<u>Sentença</u> : procedente a ação para declarar rescindido o contrato e condenar a Recrusul a devolver a quantia corrigida monetariamente pelo INPC desde 01/08/2014 e acrescida de juros moratórios de 12% ao ano desde a citação, além custas e honorários advocatícios. <u>Decisão Juízo Universal</u> : encerrada a recuperação judicial por sentença, não cabe mais a este Juízo autorizar medidas expropriatórias do patrimônio da empresa, notadamente diante de que não remanesce qualquer óbice ao prosseguimento das execuções individuais das dívidas não submetidas ao plano de recuperação.
h. Estágio do processo	Execução em andamento.
i. Chance de perda	Perda possível
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Relevância financeira.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não recebimento do crédito, caso a Companhia não tenha êxito na cobrança dos valores.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

c) Processos de natureza trabalhista:

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas figuravam como reclamadas em 362 processos judiciais de natureza trabalhista, majoritariamente relacionados à operação da Companhia Minuano de Alimentos, sua controlada indireta. Esse número representa uma redução de 22 ações em relação ao encerramento do exercício anterior, evidenciando os esforços contínuos do setor jurídico na gestão e resolução eficiente de passivos trabalhistas.

Apesar da diminuição no total de ações em curso, foram ajuizadas 200 novas reclamações ao longo de 2024, o que representa um aumento de aproximadamente 31,6% em comparação com o ano de 2023, quando foram registrados 152 novos processos.

A Companhia trata esse aumento como um evento pontual, diretamente relacionado ao volume de ações trabalhistas recebidas após as enchentes de maio de 2024, que impactaram severamente a região onde estão localizadas as unidades industriais.

O setor jurídico da Companhia tem atuado de forma estratégica e preventiva, em constante integração com os departamentos de Recursos Humanos e SESMT, para mitigar riscos e aprimorar o ambiente de trabalho. Como resultado dessa atuação integrada, a empresa tem obtido resultados positivos tanto na redução de passivos quanto no êxito de defesas processuais, com índices favoráveis de improcedência e acordos vantajosos celebrados em fase inicial, o que contribui diretamente para a otimização de recursos financeiros e operacionais.

Considerando o setor de atuação da controlada indireta, a quantidade de novas ações trabalhistas ajuizadas anualmente é um fator de impacto relevante. Por essa razão, a Companhia mantém uma atuação preventiva robusta, além de adotar uma política rigorosa de análise de risco processual, focando na celebração de acordos estratégicos e na contestação técnica de ações com baixa probabilidade de êxito para a parte autora.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Além das reclamações trabalhistas, há uma Ação Civil Pública em andamento, que trata da temática de horas *in itinere*, conforme detalhado a seguir. Todos os processos estão devidamente registrados em sistema interno e são acompanhados de forma rigorosa pelo corpo jurídico interno da Companhia, reconhecido pela atuação proativa e técnica, em parceria com escritório de advocacia externo especializado.

Ao final de 2024, a provisão para perdas prováveis nesses processos alcançava o montante aproximado de R\$ 4.975 mil, com depósitos recursais de aproximadamente R\$ 2.961 mil. A manutenção de níveis controlados de provisão demonstra a eficiência da gestão jurídica na contenção de passivos e na condução estratégica dos processos em curso. Os processos trabalhistas de maior relevância individual estão descritos a seguir:

Processo nº	0020323-75.2018.5.04.0772
a. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Lajeado/RS
b. Instância	2º grau
c. Data de instauração	02/07/2018
d. Partes no processo	M. P. T. e C. M. A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$300.000,00 e obrigação de computar a jornada <i>in itinere</i>
f. Principais fatos	Ação Civil Pública ajuizada para requerer que a Companhia realize o cômputo das horas <i>in itinere</i> na jornada de trabalho dos empregados e o pagamento de indenização por danos morais.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<p><u>Sentença</u>: julgado parcialmente procedente para condenar ao pagamento de dano moral coletivo no importe de R\$300 mil pelo não cumprimento da legislação.</p> <p><u>Julgamento dos Recursos Ordinários</u>: O Tribunal deu parcial provimento ao recurso do autor para determinar que seja computado na jornada de trabalho o tempo despendido a título de horas <i>in itinere</i>, para os empregados cujo vínculo teve início até a data de 10/11/2017, em parcelas vencidas e vincendas, quando concedida a condução ao local de trabalho. Fixada multa de R\$10 mil por mês em caso de descumprimento e majorados os danos morais para R\$ 500 mil.</p> <p>Em julgamento de Embargos de Declaração, houve modificação para fazer constar que: (1) a determinação se restringe ao registro da jornada <i>in itinere</i> e sua manutenção, em ocorrências consolidadas e futuras, e não ao seu efetivo cômputo na jornada de trabalho; (2) fica</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	pronunciada a prescrição bienal em relação aos contratos encerrados antes de 07/06/2016; (3) reduzir o valor dos danos morais para R\$350 mil. <u>Julgamento de Recurso de Revista:</u> Tribunal Superior do Trabalho (TST) acolheu a preliminar do recurso de revista da Cia. Minuano de nulidade da decisão proferida pelo TRT4, em razão de não ter enfrentado todas as questões suscitadas pela empresa nos recursos e embargos declaratórios que interpôs. Com isso, o processo retornará à Porto Alegre para que a Turma do TRT4 profira novo julgamento a respeito destas matérias.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho, com expectativa de que apliquem a tese vinculante do TST: Tema 23 - A Lei nº 13.467/2017 possui aplicação imediata aos contratos de trabalho em curso, passando a regular os direitos decorrentes de lei cujos fatos geradores tenham se efetivado a partir de sua vigência, a qual deve alterar favoravelmente a decisão existente.
i. Chance de perda	Provável
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Envolve direito coletivo e risco de condenação financeira elevada.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 350.000,00 e obrigação de registrar a jornada <i>in itinere</i> , mesmo após a Reforma Trabalhista.

Além disso, em razão do segmento de atuação da Companhia controlada, a quantidade de reclamações trabalhistas ajuizadas por ano é considerada fator relevante de impacto. As ações versam basicamente sobre reconhecimento de hora extra e seus reflexos, nulidade de regime de compensação de jornada, indenização por acidente/doença do trabalho, indenização por danos morais e materiais, entre outras matérias.

As principais matérias discutidas nos processos trabalhistas provisionados são as seguintes:

1) Horas Extras e Reflexos e Horas *in itinere*:

A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos tendo como objeto o pleito de horas extraordinárias de trabalho (como intervalo intrajornada, térmico e da mulher, tempo à disposição, tempo para troca de uniforme, dentre outros) e horas *in itinere*.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Raramente a Companhia é condenada em processos com pedidos de horas *in itinere* referentes ao período posterior à edição da Lei nº 13.467/2017, que reformou a legislação trabalhista nesta matéria.

2) Nulidade de regime de compensação de jornada:

Mediante alegações de prestação habitual de horas extras em atividades insalubres, a controlada é comumente condenada ao pagamento das verbas referentes à declaração de invalidade do regime de compensação de jornada previsto em seu Acordo Coletivo.

Com a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que estabeleceu a prevalência do Acordo Coletivo sobre o artigo 60 da CLT, houve mudança gradual no entendimento dos julgadores, que passaram a analisar individualmente a habitualidade da prestação de horas extras.

Essa perspectiva foi reforçada pela suspensão nacional de processos que discutiam a validade de normas coletivas que limitam direitos trabalhistas não assegurados constitucionalmente, conforme despacho do Ministro Gilmar Mendes no Leading Case ARE 1121633, Tema 1046 do STF.

O julgamento, ocorrido em junho de 2022, consolidou a tese da constitucionalidade dos acordos coletivos que pactuam limitações ou afastamentos de direitos, desde que respeitados os direitos indisponíveis.

Assim, espera-se que as decisões judiciais reconheçam a cláusula constante no acordo coletivo da Companhia, afastando condenações em sentido contrário.

3) Acidente de Trabalho ou Doença a este equiparado:

A controlada figura como ré em processos que discutem pleitos de indenização por acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais. São considerados todo infortúnio ocorrido durante o exercício das atividades laborais.

Para prevenir tais situações, a Companhia Minuano de Alimentos mantém um SESMT ativo e cumpre rigorosamente os programas previstos nas normas regulamentadoras relativas à ergonomia e segurança do trabalho.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4) Indenização por Danos Morais:

Alguns processos discutem pedidos de indenização por supostos danos morais atribuídos à Companhia ou suas controladas, baseados em ações ou omissões de seus prepostos que teriam violado direitos de ordem moral dos reclamantes.

Para prevenção, a controlada conta com um setor de Recursos Humanos ativo e um programa de Compliance estruturado. Foi implantado um Canal de Denúncias terceirizado, que permite denúncias anônimas em ambiente externo, além de aplicativo móvel que possibilita o compartilhamento de sugestões para melhoria do ambiente de trabalho.

5) Indenização por Danos Materiais:

Muitos processos discutem pedidos relacionados a danos materiais causados pela Companhia, decorrentes de ações ou omissões de seus colaboradores que teriam lesionado bens patrimoniais dos reclamantes, reduzindo seu valor ou utilidade.

Esses casos incluem discussões sobre acidentes ou doenças do trabalho, nos quais laudos médicos quantificam eventual perda da capacidade laborativa, conforme tabela da SUSEPE, amplamente utilizada por médicos peritos.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

INDICAR O VALOR TOTAL PROVISIONADO DOS PROCESSOS DESCRITOS NO ITEM 4.4

A Companhia e suas controladas provisionam os valores de risco de perda provável do montante discutido em processos judiciais nos quais são partes, com base na avaliação dos assessores jurídicos. Além desses, também são contingenciados os processos com risco de perda possível, contudo, sem constituição de provisão contábil.

Ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os processos judiciais com probabilidade de perda provável somavam R\$ 5.707 mil.

Deste valor, a provisão para perdas prováveis em processos de natureza cível totalizava R\$ 731 mil. Nos processos de natureza trabalhista, a provisão alcançava aproximadamente R\$ 4.975 mil, havendo depósitos recursais no montante de cerca de R\$ 2.961 mil.

Os débitos tributários objeto da transação foram adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras, de acordo com o cronograma pactuado, e a Companhia se mantém em regularidade fiscal, inclusive para fins de emissão da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN).

4.6 Processos sigilosos relevantes

PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES

A Companhia e suas controladas são parte, em sua grande maioria, em processos públicos, conforme descritos nos itens 4.4 e 4.5, no entanto, daqueles enquadrados como em Segredo de Justiça, destacamos o seguinte:

Processos de natureza Trabalhista

Processo nº	0020783-23.2022.5.04.0772
a. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Lajeado/RS
b. Instância	2º Grau
c. Data de instauração	31/10/2022
d. Partes no processo	L. V. C., M. V. C. S. x C. M. A. e B. S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Indenização por danos morais e materiais. Valor da causa R\$ 3.032.600,00
f. Chance de perda	Perda Possível
g. Análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 3.032.600,00 atualizado e acrescido de honorários e custas.

4.7 Outras contingências relevantes

OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES

Além das contingências já informadas, a controlada Minuano é frequentemente fiscalizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em razão da atuação intensiva desses órgãos no setor de frigoríficos. Essas fiscalizações podem resultar na instauração de processos administrativos e na aplicação de sanções, podendo ainda culminar na celebração de Termos de Compromisso ou Termos de Ajustamento de Conduta (TACs).

Adicionalmente, o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) também possui competência para aplicar multas e demais sanções administrativas à empresa, conforme o escopo de sua atuação regulatória.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

EM RELAÇÃO AOS RISCOS INDICADOS NO ITEM 4.1 E 4.3

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

O emissor atua como holding de participações, por isso não formalizou uma política de gerenciamento de riscos em nível corporativo, em razão de não realizar as atividades operacionais do grupo, as quais estão centralizadas na Companhia Minuano de Alimentos, sociedade anônima de capital fechado que é sua controlada indireta.

Quando existentes políticas aprovadas na Companhia Minuano, os procedimentos realizados para as demais empresas do grupo devem observar as mesmas regras, especialmente porque todos os empregados e diretores estão ligados à controlada.

Contudo, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, onde as operações são centralizadas, possui uma política de gerenciamento de riscos de Compliance formalizada através do mapeamento de riscos internos da operação inerentes às áreas mais expostas a riscos da empresa.

O mapeamento foi aprovado pelos Diretores da Controlada e pelos membros do Comitê de Compliance com auxílio da prestação de serviço de assessoria externa. Adicionalmente, a criação de um Regimento Interno do setor de Compliance formaliza ainda mais a estrutura e os procedimentos internos de gerenciamento de riscos da Companhia Minuano.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos:

Em razão da reestruturação recente nos procedimentos de gerenciamento de riscos de compliance da Companhia Minuano, o mapeamento abrange os riscos internos da operação, não sendo inseridos os riscos de mercado inerentes à negociação de ações na Bolsa de Valores, os quais são avaliados nas reuniões da administração.

Por outro lado, a empresa busca mitigar todos os riscos que possam de alguma forma afetar o desenvolvimento da operação da empresa, tais como riscos financeiros, de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

processo, ambientais, legais, de conflito de interesses, de corrupção, de segurança da informação, segurança alimentar e segurança do trabalho, entre outros.

A empresa controlada utiliza instrumentos para a proteção como:

- A revisão periódica do mapeamento de riscos de compliance.
- A verificação da eficácia das medidas aplicadas aos riscos elencados.
- A elaboração de políticas e procedimentos internos com diretrizes claras a serem observadas por colaboradores e terceiros, incluindo a recém-criada Política de Código de Ética e Conduta de Parceiros, além da Política de Código de Ética, Política de Conduta, Política de Due Diligence, Política de Brindes, Doações, Bônus e Gratificações.
- O monitoramento contínuo das atividades operacionais e execução de auditorias internas nas áreas da empresa.

A Companhia mantém procedimentos específicos para o plano de contingência em caso de inundações, abrangendo monitoramento do clima e previsão meteorológica de acordo com boletim de informações da Defesa Civil da cidade; acionamento da Brigada de Emergência para providenciar a evacuação dos colaboradores; comunicação direta com a defesa civil municipal e as autoridades locais; interrupção do abastecimento de água (em razão da potabilidade); realocação de produtos, matérias-primas e insumos para locais livres de inundação; acionamentos dos setores de engenharia e manutenção para a retirada de equipamentos e placas elétricas.

Após a ocorrência do evento e a devida retomada da produção, são tomadas ações corretivas e de melhoria dos processos utilizados nessas ocasiões com elaboração de dados, investigações e ações corretivas.

Para o gerenciamento dos riscos patrimoniais, o emissor sempre adotou política de contratação de seguros a fim de resguardar seu patrimônio. No entanto, atualmente, existem seguros contratados para cobrir eventuais sinistros somente nas Granjas e Incubatório. A Companhia continua buscando alternativas e opções que viabilizem a contratação de apólices de seguro patrimonial para as demais unidades.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos envolve os gestores de cada área, bem como setores chaves da empresa como Diretoria, Compliance, Jurídico, Contabilidade e Financeiro.

O Regimento Interno do setor de Compliance, recentemente criado, contribui para a clareza das responsabilidades e a eficiência da estrutura. Os procedimentos para pagamentos, contratos, compras, acordos, investigações internas, controle de documentos, entre outros, do emissor e suas controladas têm sua conformidade verificada pelo setor de Compliance da Companhia Minuano e pelo Programa de Auditorias Internas de Documentos realizado pelo setor de Gestão da Qualidade.

Atualmente, a efetividade da política é verificada pela seguinte estrutura:

Conformidade: A Companhia possui setor de Compliance, o qual monitora continuamente o cumprimento de leis, acordos, regulamentos, políticas e procedimentos internos.

Políticas e procedimentos internos: A Companhia possui diretrizes e critérios a serem observados pelos colaboradores e terceiros, a fim de cumprir as normas e regras estipuladas pela empresa.

Sustentabilidade econômica: A Companhia reúne todos os seus executivos e profissionais chave para definição do planejamento estratégico do ano seguinte, assim como seu orçamento previsto, os quais estão alinhados ao desempenho e à sustentabilidade da empresa.

Monitoramento Operacional: A Companhia monitora as atividades operacionais continuamente, de forma a assegurar sua eficiência e eficácia. Quando identificadas fragilidades, os gestores recomendam melhorias, as quais são aprovadas junto à Diretoria e/ou ao Conselho de Administração, sendo implementadas pelos gestores responsáveis.

Regulatório/Legal: Monitoramento contínuo pelo departamento jurídico e/ou por assessores jurídicos terceirizados do cumprimento de leis e regulamentos aos quais a Companhia está sujeita e de eventuais situações, fatos, notícias que possam afetar as operações ou a imagem da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

CONTROLES ADOTADOS PELO EMISSOR PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia adota um conjunto de controles internos robustos para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia e de suas controladas diretas e indireta. O sistema de controle interno do grupo está direcionado na premissa de garantir, de forma razoável, e em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS. Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros.

Com base na sua avaliação da Administração, concluiu-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas diretas e indireta, mantinham controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

Os diretores das empresas do grupo possuem apoio permanente dos Departamentos de Controladoria e de Compliance para elaboração e fiscalização dos processos, garantindo a adoção das boas práticas, observação das normas contábeis aplicáveis e de controle interno.

A área de Compliance efetua avaliação dos processos relevantes da organização, identificando os pontos de controle e reportando-os ao Conselho Administrativo,

5.2 Descrição dos controles internos

quando for o caso. A formalização do Regimento Interno do setor de Compliance aprimora a clareza das responsabilidades e a eficiência da estrutura de controle.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os resultados dos trabalhos do departamento de Compliance são reportados aos Diretores e Gerentes envolvidos e, quando necessário, ao Conselho de Administração.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos executam periodicamente avaliações do sistema contábil e de controles internos da Companhia, com a finalidade de comprovar a eficácia dos mesmos. O trabalho realizado pela auditoria independente é sempre acompanhado pela equipe interna mediante diálogo constante, que visa preferencialmente o alinhamento completo dos assuntos tratados, de modo que não permaneçam pontos pendentes ou em discordância.

Diante desse procedimento adotado, na avaliação das demonstrações financeiras do último exercício social, os auditores não detectaram deficiências significativas que pudessem comprometer as demonstrações contábeis do emissor e de suas controladas diretas e indireta.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foram apontadas deficiências significativas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente.

5.3 Programa de integridade

MECANISMOS E PROCEDIMENTOS INTERNOS DE INTEGRIDADE

Os mecanismos e procedimentos internos de integridade são estruturados na Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta do emissor, na qual está centralizada a operação e administração das Companhias do grupo e cujos empregados realizam a operação de todo o grupo.

Quando existentes políticas aprovadas na controlada, os procedimentos realizados para as demais empresas do grupo devem observar as mesmas regras, ainda que não sejam específicos para as demais empresas.

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:

A Companhia controlada possui políticas e procedimentos que auxiliam a todos que se relacionam com a empresa a seguir as suas diretrizes, como por exemplo a Política de Código de Ética e a Política de Conduta. Adicionalmente, foi criada a Política de Código de Ética e Conduta de Parceiros.

As revisões das políticas e procedimentos acontecem de forma anual ou quando houver necessidade de alterações mesmo antes deste prazo. Quando do vencimento do documento, e caso não tenha alterações para realizar, ele deve ser prorrogado por mais um ano. As políticas e procedimentos possuem elaboradores responsáveis e habilitados para sua criação ou atualização.

Estes documentos são inseridos em um sistema de gestão de documentos no qual segue o fluxo de revisão e verificação pelo setor de Gestão da Qualidade. A aprovação de procedimento é feita pelo Gestor da área, e a aprovação das políticas é feita pelos Diretores da Companhia.

5.3 Programa de integridade

A Companhia possui uma política de Medidas Disciplinares que é aplicada aos empregados em casos de não cumprimento das normas e regras estipuladas pela Companhia.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes:

A Companhia conta com o setor de Compliance, cujo Regimento Interno foi formalizado, para monitorar continuamente o cumprimento de leis, acordos, regulamentos, políticas e procedimentos internos. Para fortalecer a governança e a aplicação de suas diretrizes de integridade, a Companhia formalizou a criação de dois novos comitês:

Comitê de Ética: Criado via Regimento do Comitê de Ética, este comitê é responsável por zelar pela aplicação do Código de Ética e Conduta, dirimir dúvidas e promover a cultura de integridade na Companhia.

Comitê Disciplinar: Criado via Regimento do Comitê Disciplinar, este comitê é responsável por conduzir as apurações de denúncias e aplicar as medidas disciplinares cabíveis, garantindo a imparcialidade e o devido processo legal. Ambos os comitês se reportam à Diretoria e ao Conselho de Administração, e seus regimentos internos estabelecem as diretrizes para a garantia de independência de seus membros.

iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Controlada possui uma Política de Código de Ética aplicada a todos que mantêm relação de qualquer natureza com Companhia e uma Política de Conduta aplicada aos colaboradores da empresa. A Política de Código de Ética tem como data de aprovação 19/09/2022 e está disponível para acesso no endereço portal.minuano.com.br e nos sistemas internos da controlada. A Política de Conduta foi aprovada em 25/08/2023 e

5.3 Programa de integridade

está disponível para acesso apenas pelos funcionários em sistemas internos específicos.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

O Canal de Denúncias da Companhia controlada é administrado por empresa terceira e é aberto para o recebimento de denúncias de terceiros e de colaboradores. O acesso ao canal pode ser realizado via web, 0800 ou aplicativo Minuzito, disponibilizado aos funcionários.

As denúncias recebidas são apuradas pelo setor de Compliance em processo administrativo específico. As denúncias podem ser realizadas de forma anônima ou identificada.

A Controlada mantém normas internas de proteção ao denunciante, tendo como garantias a vedação a qualquer tipo de retaliação e o caráter sigiloso das investigações.

c. casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública

Não houveram casos confirmados nos últimos exercícios sociais.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica, pois o emissor possui medidas de prevenção, detecção e remediação de atividades irregulares contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS A QUE O EMISSOR ESTÁ EXPOSTO OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS ADOTADA

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas experimentaram alterações significativas em seu perfil de risco, impulsionadas por eventos externos e iniciativas internas de gestão.

Em relação aos riscos financeiros e de continuidade operacional, a celebração da transação tributária individual com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em 28 de abril de 2025 representa uma alteração fundamental, que resultou em uma significativa redução do passivo tributário consolidado e na expectativa de emissão da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos (CPDEN). Espera-se que esta medida reduza substancialmente a exposição da Companhia a riscos de liquidez e de acesso a crédito, fortalecendo sua estrutura de capital e removendo a incerteza relevante sobre a continuidade operacional que havia sido apontada anteriormente.

Contrariamente, os riscos relacionados a desastres naturais e eventos climáticos extremos, como as enchentes que afetaram a região em maio de 2024, demonstraram uma persistência e severidade crescentes. A Companhia reconhece que sua exposição a esses eventos permanece elevada, com potenciais impactos significativos na produção, cadeia de suprimentos e ativos. A dificuldade em obter cobertura de seguros abrangente para as unidades fabris, conforme detalhado no item 4.1, agrava essa exposição, indicando que a Companhia continua vulnerável a perdas patrimoniais não compensadas por apólices de seguro.

No âmbito da governança e conformidade, a Companhia implementou importantes aprimoramentos em seus mecanismos e procedimentos internos de integridade. A criação formal do Comitê Disciplinar e do Comitê de Ética, bem como a formalização do Regimento Interno do setor de Compliance, são fatores internos que visam reduzir a exposição a riscos de desvios, fraudes e irregularidades, fortalecendo o ambiente de controle e a cultura de integridade da Companhia. Espera-se que essas iniciativas contribuam para uma gestão de riscos mais eficaz e para a proteção da reputação e dos ativos da Companhia no longo prazo.

A administração da Companhia continuará monitorando ativamente o cenário de riscos, adaptando suas estratégias e controles para mitigar os impactos adversos e capitalizar sobre as oportunidades que surgirem.

5.5 Outras informações relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A Companhia reitera seu compromisso com a transparência e a divulgação de informações relevantes ao mercado. Todas as informações consideradas materiais para a tomada de decisão de investimento estão detalhadas nas seções pertinentes deste Formulário de Referência, nas Demonstrações Financeiras e em eventuais nos Fatos Relevantes divulgados.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ANA CRISTINA RIBEIRO MORALES					
087.327.908-56	Brasil	Não	Não	28/10/2025	
Não					
550.000	0,781	0	0,000	550.000	0,781
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CHAO EN MING					
019.210.358-03	Brasil	Não	Sim	28/10/2025	
Não					
175.000	0,248	0	0,000	175.000	0,248
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
FRANCISCO ASCLÉPIO BARROSO AGUIAR					
170.810.253-15	Brasil	Não	Não	28/10/2025	
Não					
6.013.190	8,536	0	0,000	6.013.190	8,536
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
HELENICE HONORIO MORALES						
166.263.738-11	Brasil	Não	Não	28/10/2025		
Não						
1.600.000	2,271	0	0,000	1.600.000	2,271	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
J.O.M. PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.						
68.919.034/0001-18	Brasil	Não	Não	28/10/2025		
Não	José Oswaldo Morales Júnior		Física		066.016.438-82	
1.310.000	1,860	0	0,000	1.310.000	1,860	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JOSÉ OSWALDO MORALES JÚNIOR						
066.016.438-82	Brasil	Não	Não	28/10/2025		
Não						
3.910.000	5,551	0	0,000	3.910.000	5,551	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO					
076.434.648-20	Brasil	Não	Sim	28/10/2025	
Não					
2.955.000	4,195	0	0,000	2.955.000	4,195
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARIA ANTONIA RIBEIRO MORALES					
352.809.948-80	Brasil	Não	Não	28/10/2025	
Não					
180.000	0,256	0	0,000	180.000	0,256
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARIA BEATRIZ RIBEIRO MORALES					
407.079.238-40	Brasil	Não	Não	28/10/2025	
Não					
170.000	0,241	0	0,000	170.000	0,241
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MARIA CLARA RIBEIRO MORALES					
352.809.958-51	Brasil	Não	Não	28/10/2025	
Não					
180.000	0,256	0	0,000	180.000	0,256
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Serra do Roncador Participações Ltda.					
11.277.211/0001-92	Brasil	Não	Sim	28/10/2025	
Não					
17.194.790	24,410	0	0,000	17.194.790	24,410
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
WELLINGTON ARAUJO DE OLIVEIRA					
020.428.517-87	Brasil	Não	Não	28/10/2025	
Não					
4.669.530	6,629	0	0,000	4.669.530	6,629
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ZZL Participações S.A.						
11.743.875/0001-08	Brasil	Não	Sim	28/10/2025		
Não						
16.805.380	23,857	0	0,000	16.805.380	23,857	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
14.728.970	20,909	0	0,000	14.728.970	20,909	
TOTAL						
70.441.860	100,000	0	0,000	70.441.860	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Serra do Roncador Participações Ltda.				11.277.211/0001-92		
CHAO EN MING						
019.210.358-03	Brasil	Não	Sim	17/10/2016		
Não						
30.789	99,000	0	0,000	30.789	99,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO						
076.434.648-20	Brasil	Não	Não	17/10/2016		
Não						
311	1,000	0	0,000	311	1,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Serra do Roncador Participações Ltda.				11.277.211/0001-92		
31.100	100,000	0	0,000	31.100	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ZZL Participações S.A.				11.743.875/0001-08		
CYNTHIA CHRISTINA DA SILVA VELLO						
104.434.508-03	Brasil	Não	Não	08/11/2018		
Não						
1	0,100	0	0,000	1	0,100	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Serra do Roncador Participações Ltda.						
11.277.211/0001-92	Brasil	Não	Sim	08/11/2018		
Não						
999	99,900	0	0,000	999	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ZZL Participações S.A.				11.743.875/0001-08		
1.000	100,000	0	0,000	1.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Serra do Roncador Participações Ltda.				11.277.211/0001-92		
CHAO EN MING						
019.210.358-03	Brasil	Não	Sim	17/10/2016		
Não						
30.789	99,000	0	0,000	30.789	99,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO						
076.434.648-20	Brasil	Não	Não	17/10/2016		
Não						
311	1,000	0	0,000	311	1,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Serra do Roncador Participações Ltda.				11.277.211/0001-92		
31.100	100,000	0	0,000	31.100	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/10/2025
Quantidade acionistas pessoa física	1.257
Quantidade acionistas pessoa jurídica	31
Quantidade investidores institucionais	16

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

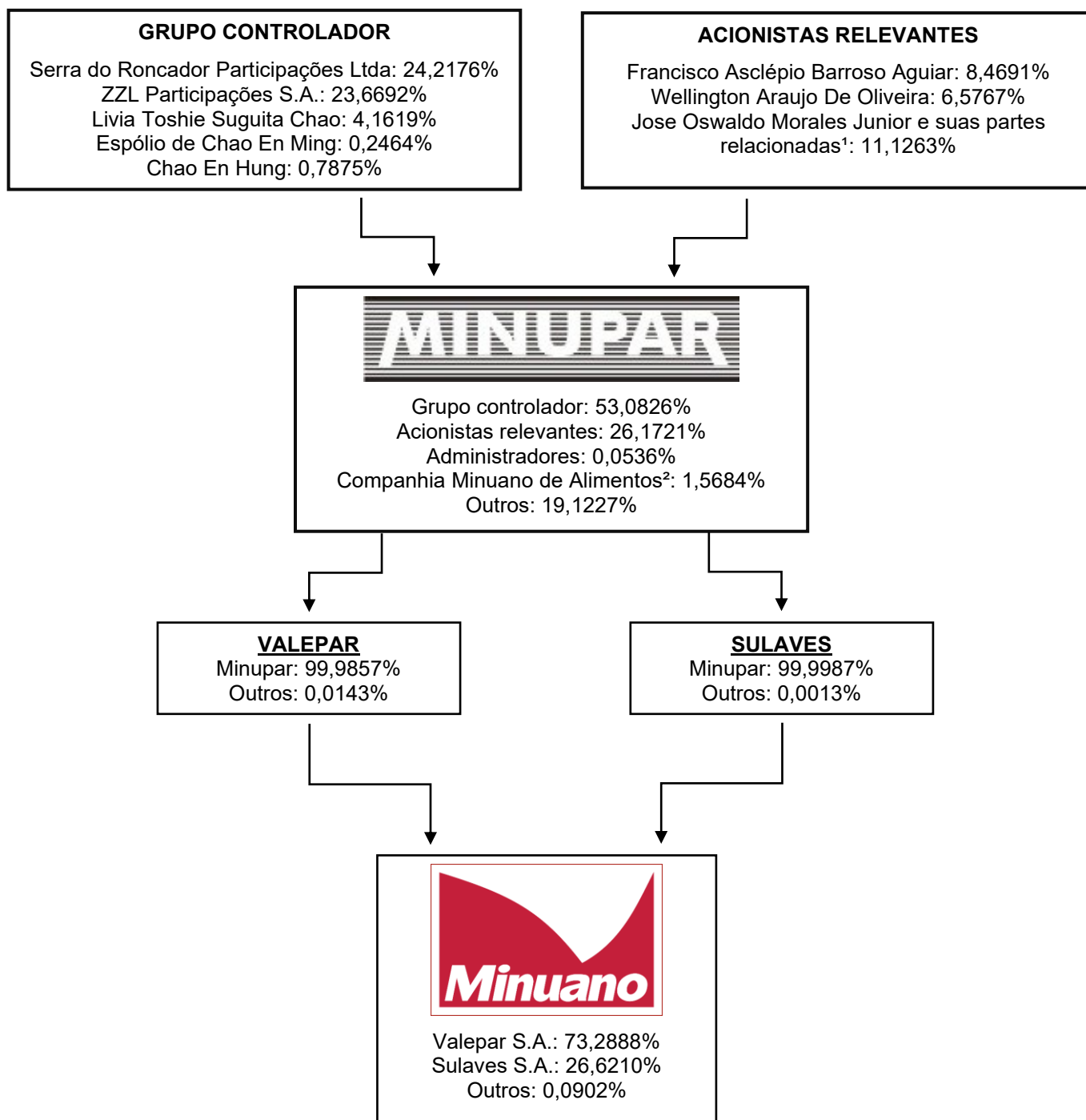
Quantidade ordinárias	26.146.810	37,118%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	26.146.810	37,118%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Companhia Minuano de Alimentos	84.430.800/0001-32	99,91
Sulaves S/A.	93.463.289/0001-66	99,99
Valepar S/A.	93.463.305/0001-10	99,98

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO DO GRUPO MINUPAR



¹ J.O.M. Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., Helenice Honorio Morales, Ana Cristina Ribeiro Morales, Maria Antônia Ribeiro Morales, Maria Clara Ribeiro Morales, Maria Beatriz Ribeiro Morales.

² Ver item 6.6.

6.6 Outras informações relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Com o falecimento do Sr. Chao En Ming em 30/01/2021, as ações por ele detidas, direta ou indiretamente, estão envolvidas em processo de inventário litigioso.

Adicionalmente, a Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta, tornou-se temporariamente titular de 111.359 ações da Minupar Participações S.A., transacionadas em acordo judicial. Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 8 das Demonstrações Financeiras de 2024, essas ações permanecem na posse temporária da Companhia Minuano de Alimentos e serão destinadas a tempo e modo definidos pela administração.

Direitos dos acionistas minoritários nas sociedades controladas (Valepar S.A. e Sulaves S.A.)

A Minupar Participações S.A. detém a quase totalidade do capital social de suas controladas diretas, Valepar S.A. (99,98%) e Sulaves S.A. (99,99%). A parcela remanescente do capital social dessas companhias é detida por acionistas minoritários, cujos direitos são segmentados conforme a classe de ações de sua titularidade, em estrita observância aos respectivos estatutos sociais e à Lei nº 6.404/1976.

As controladas possuem seu capital social dividido em três classes de ações, desenhadas com perfis distintos de risco e retorno financeiro:

- Ações ordinárias: Conferem direito de voto nas assembleias gerais e asseguram a participação nos lucros e nos eventuais aumentos de capital, em igualdade de condições.
- Ações preferenciais classe "A": Não possuem direito a voto. Têm como vantagem estritamente patrimonial a prioridade no reembolso do capital investido, sem ágio ou prêmio, na proporção de sua participação no capital social em um eventual cenário de liquidação da companhia. Na distribuição rotineira de lucros, concorrem em igualdade de condições com as ações ordinárias.
- Ações preferenciais classe "B": Não possuem direito a voto, mas contam com a vantagem econômica da prioridade no recebimento de dividendos. A esta classe

6.6 Outras informações relevantes

é garantido um dividendo prioritário e fixo de 10% sobre o lucro líquido do exercício, o qual é calculado e repassado imediatamente após a dedução obrigatória de 5% para a constituição da reserva legal.

Adicionalmente, as ações preferenciais adquirirão o direito temporário de voto caso as companhias deixem de pagar os dividendos prioritários a que fizerem jus pelo prazo de 3 (três) exercícios consecutivos.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR

O Emissor é administrado por um Conselho de Administração e uma Diretoria, de acordo com seu Estatuto Social, elaborado conforme a Lei 6.404/76.

A gestão do Emissor está estruturada de forma que o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária atuem com forte visão estratégica e colegiada, apoiados por diretorias executivas que são responsáveis pela gestão das diversas áreas das controladas diretas e indiretas, responsáveis pelo cumprimento das diretrizes definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Além dos órgãos que a administram, o Estatuto Social prevê a eleição de um conselho fiscal não permanente, por solicitação dos acionistas, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão da administração responsável pela formulação e monitoramento da implementação das orientações e políticas gerais para a consecução de negócios, incluindo a estratégia de longo prazo.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros. Os membros do conselho de administração são eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, sendo autorizada a reeleição.

Na Assembleia Ordinária de 2025 foi aprovada a composição com 5 (cinco) membros eleitos. Para verificar o nome, título e data de eleição dos atuais membros do conselho de administração, veja o item 7.3 deste Formulário de Referência.

O Conselho de Administração designou o Vice-Presidente para realizar os trabalhos ligados à sua Secretaria, a fim de organizar pautas, atas, documentos, fluxo de comunicação entre os órgãos administrativos e secretariar as reuniões, atuando do mesmo modo no suporte ao Conselho Fiscal.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Competências do Conselho de Administração

Conforme a legislação societária brasileira, os membros do Conselho de Administração não podem votar sobre qualquer assunto ou intervir em qualquer operação em que haja conflito de interesses entre a Companhia e o respectivo membro do conselho de administração.

Além das atribuições que lhe confere a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), as seguintes matérias deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração:

- (a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) Aprovar planos de desenvolvimento, bem como os investimentos necessários à sua execução;
- (c) Aprovar orçamentos anuais e plurianuais de operações e/ou de investimentos;
- (d) Acompanhar em caráter permanente o desenvolvimento e desempenho da sociedade;
- (e) Estabelecer a estrutura administrativa da sociedade e aprovar o seu Regimento Interno;
- (f) Eleger e destituir Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições respectivas;
- (g) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- (h) Fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos administradores quando votada em verba global, bem como a participação de empregados;
- (i) Estabelecer planos previdenciários e benefícios para os empregados e administradores da companhia;
- (j) Convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- (k) Manifestar-se sobre o relatório da administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;
- (l) Deliberar “ad referendum” da Assembleia Geral, sobre os pagamentos de dividendos, inclusive intermediários;
- (m) Manifestar-se sobre o encaminhamento a Assembleia Geral de qualquer proposta de iniciativa da Diretoria, inclusive de aumento de capital, destinação de lucros e alterações estatutárias, sempre que julgar conveniente;
- (n) Autorizar a criação e extinção de quaisquer estabelecimentos da Companhia, destacado o capital necessário;
- (o) Escolher e destituir os Auditores Independentes;
- p) Autorizar a aquisição de ações de emissão da companhia para efeito de cancelamento ou de permanência em tesouraria e posteriormente aliená-las;
- (q) Manifestar-se sobre quaisquer atos ou contratos que a diretoria submeter a sua aprovação;
- (r) Autorizar o aumento de capital previsto no Artigo 6º;
- (s) Avocar para sua decisão qualquer assunto que julgar importante a orientação dos negócios da companhia, respeitada a competência da Assembleia Geral;
- (t) Autorizar a constituição, fusão, incorporação, cisão e extinção de sociedade coligada ou controlada;
- (u) Autorizar a celebração de acordos, atos ou contratos entre a companhia e seus acionistas e pessoas ligadas;
- (v) Autorizar a companhia a participar em outras sociedades, bem como alienar ou prometer alienar participações societárias;
- (w) Autorizar operações envolvendo alienação, oneração, licenças ou uso de marcas, patentes e tecnologia;
- (x) Autorizar a alienação de bens de ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, bem como atos e contratos, sempre que o valor, em quaisquer dos atos enumerados nesta alínea, exceda os limites eventualmente fixados pelo próprio Conselho na reunião que

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

anualmente eleger a Diretoria;

(y) Deliberar sobre os casos omissos bem como sobre quaisquer outras matérias previstas neste Estatuto.

Ainda, compete ao Conselho de Administração a aprovação das matérias que lhes são atribuídas pelo Regimento Interno, quando aprovado, assim como as aprovações previstas nas políticas internas da Companhia.

As decisões do Conselho de Administração da Companhia serão tomadas pelo voto favorável de conselheiros que representem mais da metade dos presentes na respectiva reunião.

Diretoria

A diretoria da Companhia é um órgão administrativo com plenos poderes para administrar e gerir os negócios daquela, incluindo a implementação das diretrizes e políticas, de acordo com os termos previstos em lei e no Estatuto Social da Companhia, assim como conforme especificado pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral.

De acordo com as disposições do artigo 23 do Estatuto Social, a Diretoria será composta de 2 (dois) Diretores, no mínimo, e de 9 (nove) no máximo, sendo um Diretor Presidente e os demais com a designação de Diretor, todos residentes no país da sede, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, a Companhia possui 2 (dois) Diretores eleitos, sendo uma Diretora Presidente e um Diretor de Relações com Investidores. Para verificar o nome, título e data de eleição dos atuais membros da Diretoria, veja o item 7.3 deste Formulário de Referência.

Competências da Diretoria e representação da Companhia

Compete aos Diretores, na forma prevista no Estatuto Social, a representação da Companhia, ativa ou passivamente, em Juízo ou fora dele, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração e de

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

disposição, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, inclusive celebrar atos e contratos de qualquer natureza ou finalidade, mesmo para aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente, constituir ônus reais e prestar garantias e obrigações a terceiros, observados os preceitos e limites do Artigo 22 do Estatuto Social, assim como no Regimento Interno, quando aprovado, e políticas da Companhia.

Com as exceções previstas no Estatuto Social e/ou no Regimento Interno e/ou nas políticas da Companhia, qualquer ato ou contrato que implique em responsabilidade ou obrigação por parte da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados por 02 (dois) Diretores ou por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador.

A Companhia poderá ser representada por 01 (um) Diretor:

- (a) Perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;
- (b) Quando se tratar de receber ou dar quitações de importâncias ou valores devidos à companhia;
- (c) Firmar correspondência e atos de simples rotina;
- (d) Endossar títulos para efeitos de cobrança ou depósito em nome da companhia;
- (e) Para prestar depoimento em juízo, por intermédio do Diretor Presidente ou outro Diretor designado pelo Conselho de Administração para tal fim, sempre que a Companhia for regularmente citada, sem poder confessar.

O Estatuto Social não impede a representação da Companhia por um ou mais procuradores, desde que as procurações sejam sempre outorgadas em nome da companhia por 02 (dois) Diretores, especificando os poderes conferidos e os limites de competência, devendo ter prazo determinado de validade, exceto para fins judiciais.

Ao Diretor de Relações com Investidores compete a representação da Companhia perante os órgãos reguladores de Companhias de capital aberto, bem como perante as demais instituições do mercado de capitais, fazendo cumprir a legislação aplicável.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia poderá ser composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, o qual funcionará em caráter não permanente. O Conselho Fiscal somente será instalado mediante requisição de acionista(s) da Companhia, observado a legislação e a regulamentação aplicáveis.

Uma vez instalado, o Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor e Regimento Interno, quando aprovado.

Desde a Assembleia Geral Ordinária de 2021, a Companhia possui Conselho Fiscal instalado por solicitação de acionistas minoritários, renovada anualmente, sendo eleitos 03 (três) membros.

Comitês:

A Companhia não possui comitês estatutários instalados. No entanto, a controlada Minuano formalizou a criação de um Comitê de Ética e um Comitê Disciplinar, cujos regimentos internos estabelecem as diretrizes para suas atuações e mecanismos de reporte à administração, conforme detalhado no item 7.4.

a) Políticas de indicação e preenchimento de cargos

A Companhia não possui uma política formalizada de indicação e preenchimento de cargos para seus órgãos de administração e conselho fiscal. No entanto, adota práticas que visam a seleção de profissionais com experiência relevante, reputação ilibada e alinhamento com os valores e objetivos estratégicos da Companhia.

A Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária de 2025 reflete o compromisso com a diversidade, ao propor a eleição de duas mulheres para o Conselho de Administração, buscando aprimorar a representatividade e a manutenção do Selo WOB, em linha com as medidas ASG do Regulamento de Emissores da B3.

Além disso, a proposta de indicação ao Conselho de Administração contemplou pessoa com deficiência.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

b) Mecanismos de avaliação de desempenho

Não há mecanismos de avaliação de desempenho formalizados para os membros dos órgãos de administração e conselho fiscal. Contudo, a Companhia reconhece a importância da avaliação contínua para o aprimoramento da governança.

A Companhia está em processo de mapeamento e diagnóstico das questões de ASG, e a integração de critérios de desempenho relacionados à contribuição para os objetivos de diversidade e sustentabilidade será considerada no desenvolvimento de futuras práticas de avaliação.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Às hipóteses de conflitos de interesses aplicar-se-ão as regras constantes na legislação brasileira.

A lei proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

A formalização do Regimento Interno do setor de Compliance e a criação do Comitê de Ética e do Comitê Disciplinar na Controlada Minuano, conforme detalhado no item 5.3, reforçam a estrutura de governança para a gestão de conflitos e a promoção da integridade.

d) Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A Companhia busca promover a diversidade em seus órgãos de administração e conselho fiscal, reconhecendo o valor da pluralidade de perspectivas para a tomada de decisões e a inovação. As informações a seguir são baseadas na composição atual e nas propostas para a Assembleia Geral Ordinária de 2025, refletindo o compromisso com a inclusão.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia está em processo de formalização de objetivos específicos de diversidade para seus órgãos de administração e conselho fiscal, como parte de seu planejamento estratégico de ASG.

No entanto, já demonstra um objetivo claro de aumentar a representatividade feminina no Conselho de Administração, evidenciado pela proposta de eleição de duas mulheres para este órgão na Assembleia Geral Ordinária de 2025, visando a manutenção do Selo WOB e o alinhamento com as melhores práticas de governança.

Além disso, conta com diversidade de experiências, raças e a presença de representantes de comunidade sub-representada.

f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Os órgãos de administração da Companhia, em especial o Conselho de Administração e a Diretoria, desempenham um papel ativo na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima. A Companhia reconhece a materialidade dos riscos climáticos, especialmente após os severos impactos das enchentes que afetaram suas operações em 2024, conforme detalhado no item 1.16.

Para mitigar esses riscos, a Companhia desenvolveu internamente uma Política de Meio Ambiente e tem proporcionado capacitação específica em ASG para profissionais de diversas áreas. Além disso, a Companhia está atenta às futuras exigências de divulgação de sustentabilidade e clima, como as normas IFRS S1 e S2, com obrigatoriedade a partir de 2026, e está se preparando para atender a essas demandas, o que demonstra um compromisso contínuo com a gestão proativa dos riscos e oportunidades climáticas.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	1	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	3	2	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	1	2	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	2	0	0	1
TOTAL = 13	5	7	0	0	1

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	3	0	0	0	0	1
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	2	0	0	0	0	1
TOTAL = 13	1	10	0	0	0	0	2

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	2	1
TOTAL = 13	1	11	1

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

a) órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

O Conselho de Administração possui uma Secretaria, sob a responsabilidade do Vice-Presidente, e não possui comitês instalados.

b) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo Conselho de Administração e serviços de extra-auditoria com o auditor independente

O conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente nas Reuniões do órgão, inclusive eventuais serviços extra auditoria.

c) canais instituídos para questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG

A Companhia, por meio de sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, possui um Canal de Denúncias administrado por empresa terceira, aberto para o recebimento de denúncias de terceiros e de colaboradores, de forma anônima ou identificada. As denúncias recebidas são apuradas pelo setor de Compliance em processo administrativo específico, e os resultados são reportados à Diretoria e, quando necessário, ao Conselho de Administração.

A formalização do Comitê de Ética e do Comitê Disciplinar, com seus respectivos regimentos, aprimora a estrutura de governança para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade sejam devidamente tratadas e cheguem ao conhecimento da administração.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome CARINA SUGUITA CHAO **CPF:** 400.618.648-70 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheira de Produção **Data de Nascimento:** 16/05/2000

Experiência Profissional: Graduada em Operations Research and Information Engineering na Cornell University, nos Estados Unidos da América. Curso de Empreendedorismo, Economia & Finanças na Faculdade ESEG. Membro em Brazilian Student Association de 2018 a 2020; Membro em Society of Women Engineers de 2018 a 2020; e Membro em Women in Business de 2018 a 2020. Conselheira de Administração da Minupar Participações no período de junho de 2021 a abril de 2022. Head na Brex Financial Solutions de 2024 a 2025.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	14/04/2026	03 (três) anos.	Conselho de Administração (Efetivo)		14/04/2026	Sim	14/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FELIPE CAMERA RUIZ **CPF:** 221.252.258-40 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro de produção **Data de Nascimento:** 27/02/1982

Experiência Profissional: Engenheiro de produção pelo Instituto Mauá de Tecnologia e MBA pelo MIT Sloan School of Management. Executivo com trajetória consolidada em governança corporativa, estratégia empresarial e investimentos, atuando como CEO e membro de conselhos. Atua como CEO e fundador da AGF (desde 2019) e sócio da RZ Par (desde 2019). Possui atuação em governança corporativa e supervisão de demonstrações financeiras como conselheiro fiscal na Unipar S.A. (desde 2024), conselheiro fiscal no Banco Pine S.A. (desde 2025) e conselheiro fiscal suplente na Eternit S.A. (desde 2021).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	14/04/2026	01 (um) ano.	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		14/04/2026	Não	14/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FRANCISCO ASCLÉPIO BARROSO AGUIAR **CPF:** 170.810.253-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 19/02/1961

Experiência Profissional: Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico-Nuclear, Matemático e Pós-Graduado em Engenharia Nuclear, Engenharia Metalúrgica, Subárea Ciência de Materiais, pós-graduado em Tecnologia da Informação (TI) e Análise de Sistemas. Principais experiências: Membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: La Fonte Fechaduras S.A.; La Fonte Investimentos S.A.; La Fonte Telecomunicações S.A.; Jereissati Telecom S.A.; Jereissati Participações; Iguatemi S/A - de 1996 até 2022. Presidente do Conselho de Administração (Chairman of the Board) da Recrusul S/A em 2009. Diretor de Relações com Investidores (DRI) da Recrusul S/A em 2009. Presidente do Conselho Fiscal da Telemar - TeleBahia de 1996 a 1999. Membro do Conselho Fiscal da Telemar - TeleCeará de 1996 a 1999. Membro Suplente do Conselho Fiscal da Energisa ±Mato Grosso. Membro do Conselho de Administração (Board) da Minupar Participações S.A. de 2001 até 2009. Membro do Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S/A de 1997 até 2004. Membro do Conselho Fiscal da Fertiza - Companhia Nacional de Fertilizantes. Coordenador de Projetos de Grande Porte - 2003 - 2022.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	14/04/2026	03 (três) anos	Conselho de Administração (Efetivo)		14/04/2026	Não	28/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GABRIELA LERNER COSTA **CPF:** 015.962.390-18 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogada **Data de Nascimento:** 01/10/1995

Experiência Profissional: Advogada formada pela Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, pós-graduanda em Direito Societário pela EBRADI. Sócia-proprietária da Lerner Costa Advocacia, prestando assessoria jurídica empresarial e societária, especialmente no ramo alimentício. Atuou como advogada do Grupo Minupar, sendo também responsável pela área de Relações com Investidores da Companhia naquele período. A partir de junho de 2021 passou a exercer a função de Coordenadora de Trabalhos do Conselho de Administração, assessorando a administração como secretária de reuniões e nos assuntos societários.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	14/04/2026	3 (três) anos.	Vice Presidente Cons. de Administração		14/04/2026	Sim	06/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GILMAR PRETTO **CPF:** 683.465.570-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 14/04/1976

Experiência Profissional: Graduado em Ciências contábeis pela Universidade Católica de Pelotas, em 2004, possui MBA em Administração de empresas pela Fundação Getulio Vargas e Executive MBA em Liderança, inovação e gestão 4.0 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Em sua trajetória profissional, destaca-se a atuação de mais de trinta anos na Irgovel Indústria Riograndense de Óleos Vegetais Ltda. Nessa empresa, iniciou como coordenador contábil em 1995 e construiu uma carreira ascendente ocupando posições de liderança, como gerente de contabilidade e de tecnologia da informação, diretor financeiro, de suprimentos e tecnologia, até chegar ao cargo de diretor presidente em 2016 e membro do conselho consultivo em 2023.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	14/04/2026	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador			Sim	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO **CPF:** 076.434.648-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresária **Data de Nascimento:** 13/01/1962

Experiência Profissional: Sócia de diversas empresas, atuando principalmente no setor de logística e financeiro. Conselheira de Administração da Minupar Participações no período de junho de 2021 a abril de 2022.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	14/04/2026	3 (três) anos.	Presidente do Conselho de Administração		14/04/2026	Sim	15/12/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARCELO FICHERA LOURENZI **CPF:** 894.062.730-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Auditor e Contador **Data de Nascimento:** 27/09/1975

Experiência Profissional: Graduado em Ciências Contábeis e pós-graduado em Controladoria. Atuou como auditor independentes por 22 anos, em empresas de renome, como: Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; BDO Auditores Independentes; KPMG Auditores Independentes; e Grant Thornton Auditores Independentes. Atuou como sócio nas empresas KPMG e Grant Thornton e como conselheiro fiscal da empresa HT Micron Semicondutores S/A (de 2019 a 2021). Atualmente é sócio da Avola Contabilidade e Consultoria.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	14/04/2026	01 (um) ano.	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		14/04/2026	Sim	06/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARGARETH SCHACHT HERRMANN **CPF:** 002.407.460-82 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Química Industrial de Alimentos **Data de Nascimento:** 09/08/1983

Experiência Profissional: Graduada em Química Industrial de Alimentos pela UNIJUI / UERGS em 2006; Pós graduanda MBA em Administração em Agronegócios e Biotecnologia - UNINTER. Atua há mas de 19 anos no ramo de frigoríficos, nas Áreas de Qualidade, Excelência Industrial e Administração. Já atuou em empresas como Senfter, BRF, Marfrig e JBS. Atualmente é Diretora eleita nas Companhias controladas Sulaves S/A, Valepar S/A e Companhia Minuano de Alimentos. Na Companhia Minuano atua desde abril de 2016.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/04/2026	03 (três) anos.	Diretor Presidente / Superintendente		15/04/2026		24/05/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome PAULO HENRIQUE ZUKANOVICH FUNCHAL **CPF:** 205.351.308-05 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 14/09/1970

Experiência Profissional: Graduação em economia (FEA/USP) e engenharia naval (Poli/USP), com mestrado em economia da energia (USP). Atua como líder de fusões e aquisições (M&A) e sócio na ZF Partners Consultoria Estratégica (desde 2019). Anteriormente, foi sócio na Grant Thornton. Atuou como conselheiro fiscal da Eternit S.A. (2013 a 2024) e conselheiro fiscal da Unipar S.A. (2018 a 2025).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	14/04/2026	01 (um) ano.	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas			Não	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome PAULO RICARDO PINTO ALANIZ **CPF:** 369.375.330-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 02/08/1962

Experiência Profissional: Mestre em Controladoria pela UFRGS, pós-graduado em Planejamento e Gestão de Negócios e graduado em Ciências Contábeis. Presidente do Conselho Fiscal da Trevisa Investimentos S. A. Foi Presidente do Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes - IBRACON (6ª regional) em 2018/2023 e foi Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul – CRC/RS em 2013/2014. Atuou como conselheiro de administração no ECB Group e Conselheiro Fiscal da BSBIOS. Desde 2006 atua como professor em cursos de especialização em nível de pós-graduação em diversas universidades. Iniciou na profissão de auditor há mais de 40 anos, trabalhando em empresas privadas de grande porte, inclusive como sócio de empresas de renome como BDO Auditores Independentes e KPMG Auditores Independentes. Foi professor de graduação na UFRGS e na FARGS atuando no curso de ciências contábeis.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	14/04/2026	01 (um) ano.	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		14/04/2026	Sim	06/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome SÉRGIO TUFFY SAYEG **CPF:** 935.221.858-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 30/03/1954

Experiência Profissional: Administrador de empresas com especialização em mercado de capitais pela FEA/USP. Atua de forma independente na função de conselheiro de administração e conselheiro fiscal há 19 anos. Nos últimos 5 anos, ocupa ou ocupou recentemente cargos em conselhos e comitês de companhias como Banco Pine S.A., Gafisa S.A., EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., Oliveira Trust S.A. e Enauta Participações S.A. É membro da Comunidade de Conselheiros Certificados do IBGC.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	14/04/2026	03 (três) anos.	Conselho de Administração (Efetivo)		14/04/2026	Não	14/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome TIAGO FONSECA SIQUEIRA **CPF:** 008.847.390-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 30/04/1985

Experiência Profissional: Contador, graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS (2006), com especialização em Controladoria e Planejamento Tributário pela Faculdade São Francisco de Assis (2009), MBA em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (2016) e especialização em Direito Empresarial pela PUCRS (2024). Possui mais de 20 anos de experiência na área financeira, com sólida atuação em empresas nacionais e multinacionais. Iniciou sua carreira na KPMG, onde atuou como auditor entre 2005 e 2011. Posteriormente, ocupou o cargo de Controller na Irgovel entre 2012 e 2019. Em 2020, assumiu a posição de CFO na Salux Technology, e entre 2020 e 2022 foi CFO do Grupo Sullab. Atualmente, exerce a função de Diretor Presidente nas companhias controladas Sulaves S.A., Valepar S.A. e Companhia Minuano de Alimentos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/04/2026	03 (três) anos.	Diretor de Relações com Investidores		15/04/2026		10/11/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome VIVIANE BARCELOS CANGUSSU MACHADO **CPF:** 526.852.090-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 14/07/1974

Experiência Profissional: Graduada em Ciências Contábeis pela PUCRS, com pós-graduações em Gestão de Empresas de Serviços (Senac) e em Tributação na Construção Civil (EBPós). Atua como Sócia de Auditoria na Baker Tilly Brasil desde 2022 (tendo ingressado na firma em 2015), coordenando trabalhos de auditoria independente, revisão de demonstrações financeiras, gestão de riscos e due diligence. Desde 2020 atua como assistente técnica em demandas judiciais e arbitrais envolvendo análise econômico-financeira. Atualmente também ocupa posições institucionais, sendo Conselheira Fiscal do IBEF-RS (desde 2025), Diretora do IBRACON – 6ª Regional (2024–2026) e Membro da Comissão de Educação Profissional Continuada do CFC e do CRC-RS (2024–2026). Anteriormente, foi auditora na KPMG Auditores Independentes.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	14/04/2026	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador			Sim	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não mantém comitês estruturados ligados diretamente ao Conselho de Administração.

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO	076.434.648-20	Minupar Participações S.A.	90.076.886/0001-40	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
CARINA SUGUITA CHAO	400.618.648-70	Minupar Participações S.A.	90.076.886/0001-40	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Conselheira de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
CARINA SUGUITA CHAO	400.618.648-70	Minupar Participações S.A.	90.076.886/0001-40	
Conselheira de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO	076.434.648-20	Minupar Participações S.A.	90.076.886/0001-40	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2024**Administrador do Emissor**

GABRIELA LERNER COSTA

015.962.390-18

Prestação de serviço

Fornecedor

Vice-Presidente do Conselho de Administração

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Pessoa Relacionada

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

90.076.886/0001-40

Atuou como Coordenadora de Trabalhos da Companhia e presta assessoria jurídica na área societária para o Grupo.

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Administrador do Emissor**

GABRIELA LERNER COSTA

015.962.390-18

Subordinação

Fornecedor

Vice-Presidente do Conselho de Administração

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Pessoa Relacionada

COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS

84.430.800/0001-32

Atuou como advogada empregada da controlada Companhia Minuano de Alimentos.

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2023**Administrador do Emissor**

GABRIELA LERNER COSTA

015.962.390-18

Subordinação

Fornecedor

Vice-Presidente do Conselho de Administração

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Pessoa Relacionada

COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS

84.430.800/0001-32

Atuou como Advogada empregada da Companhia.

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação**Administrador do Emissor**

GABRIELA LERNER COSTA

015.962.390-18

Prestação de serviço

Fornecedor

Vice-Presidente do Conselho de Administração

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Pessoa Relacionada

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

90.076.886/0001-40

Atuou como Coordenadora de Trabalhos da Companhia.

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2022Administrador do Emissor

GABRIELA LERNER COSTA

015.962.390-18

Subordinação

Fornecedor

Vice-Presidente do Conselho de Administração

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Pessoa Relacionada

COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS

84.430.800/0001-32

Atuou como advogada empregada da controlada Companhia Minuano de Alimentos.

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

ObservaçãoAdministrador do Emissor

GABRIELA LERNER COSTA

015.962.390-18

Prestação de serviço

Fornecedor

Vice-Presidente do Conselho de Administração

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Pessoa Relacionada

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

90.076.886/0001-40

Atuou como Coordenadora de Trabalhos da Companhia

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

7.7 Acordos/seguros de administradores

ACORDOS E SEGUROS DE ADMINISTRADORES

Durante o exercício social de 2024, a Companhia renovou a contratação da apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores, a fim de garantir indenização e/ou reembolso de eventuais despesas incorridas pelos administradores da Companhia (Directors and Officers Liability - D&O), com um limite global de R\$50 milhões.

O seguro foi contratado observando as melhores práticas de mercado, com objetivo de garantir os custos de defesa e indenizações decorrentes de processos judiciais/administrativos atrelados às suas funções como administradores da Companhia e das controladas.

Cabe destacar que a cobertura do seguro não se aplica em caso de atos praticados com dolo ou culpa grave, com base em penalidade aplicada em razão de ato praticado no exercício da sua função como administrador, sem a intenção de lesar a Companhia ou a terceiros. Este tipo de garantia aos administradores da Companhia e suas controladas, contribui para a atração e o bom desempenho dos profissionais que atuam na alta administração da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, a Companhia Minupar Participações S.A. e seus Diretores Estatutários celebraram um Contrato de Indenidade, com a anuência de suas controladas Companhia Minuano de Alimentos, Sulaves S.A. e Valepar S/A. Este contrato visa garantir o pagamento, indenização ou reembolso ao Diretor Estatutário por quaisquer custos, despesas, perdas ou danos incorridos em decorrência do exercício de suas funções na Companhia e em suas controladas, assegurando que a atuação do Diretor não lhe acarrete riscos de cunho particular, enquanto estiver desempenhando funções que visem alcançar o objeto social do grupo.

Os principais termos e condições do Contrato de Indenidade são:

Cobertura: O contrato prevê a assunção de eventual condenação ou execução direcionada ao Diretor, incluindo indenizações ou multas impostas em decisões finais e irrecorríveis, relacionadas ao exercício das funções de Diretoria Estatutária. Abrange também os custos de defesa em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, incluindo honorários advocatícios, custas processuais e outras despesas legais. Despesas relacionadas a acordos

7.7 Acordos/seguros de administradores

judiciais ou extrajudiciais, previamente aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, também são reembolsáveis.

Relação com Seguro D&O: A Companhia se compromete a manter um seguro de responsabilidade civil para Diretores e Executivos (D&O) em vigor, cobrindo todas as ações de seus Diretores. Na ausência ou insuficiência do seguro D&O, a Companhia obriga-se a ressarcir integralmente o Diretor pelas despesas cobertas por este contrato. A opção por um Contrato de Indenidade, em complemento ao seguro D&O, visa oferecer uma camada adicional de proteção e segurança aos administradores, garantindo a retenção de talentos e o alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa, conforme as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Exclusões: Não serão indenizadas ou reembolsadas quaisquer despesas ou custos decorrentes de atos de má-fé, dolo ou fraude por parte do Diretor; violação intencional de leis ou regulamentos aplicáveis; ou decisões tomadas em conflito de interesses, conforme disposto no Estatuto Social.

Validade e Continuidade: O contrato tem validade para todos os atos praticados desde o início do mandato do Diretor, assegurando cobertura contínua para ações passadas, presentes e futuras relacionadas ao exercício de suas funções. Permanece válido após o encerramento do mandato, ainda que haja mudança substancial na administração da Companhia, fechamento de capital ou venda, ficando os sucessores obrigados a cumprir suas disposições.

Procedimentos Internos: Em caso de evidências de má-fé, dolo ou fraude, a Companhia formará um Comitê de Avaliação independente, composto por membros do Conselho de Administração que não sejam beneficiários do contrato de indenidade, auditores independentes e consultores externos especializados, para conduzir uma investigação imparcial.

O Contrato de Indenidade foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12/05/2025.

8.1 Política ou prática de remuneração

POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia não possui uma política de remuneração formalmente aprovada. No entanto, as práticas adotadas alinham-se aos interesses da Companhia e têm como objetivo principal reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir ativamente para a expansão dos negócios e, conseqüentemente, para a maximização do retorno aos acionistas.

A Companhia busca, por meio de sua prática de remuneração, atrair e reter talentos essenciais para a alta administração, garantindo a continuidade e o aprimoramento da gestão.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

A definição da remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria ocorre em reunião do Conselho de Administração. Os critérios e a metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual levam em consideração:

- As responsabilidades inerentes a cada cargo e função desempenhada pelos membros.
- O tempo dedicado às suas funções e o nível de engajamento exigido pelas atividades da Companhia.
- As condições financeiras da Companhia, buscando um equilíbrio entre a valorização dos administradores e a sustentabilidade econômica do negócio.
- A busca por aproximação com os valores praticados no mercado, considerando o porte da Companhia e a complexidade de suas operações.

A Companhia utiliza estudos formais de mercado para a verificação das práticas de remuneração, mas realiza análises internas para balizar suas decisões. A adequação da prática de remuneração é avaliada anualmente pelo Conselho de Administração, no contexto da proposta de remuneração global a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária.

8.1 Política ou prática de remuneração

Não há outros órgãos ou comitês formalmente envolvidos no processo decisório de definição da remuneração individual.

c. composição da remuneração

A remuneração anual dos administradores é composta principalmente por parcelas mensais fixas, sendo concedida uma remuneração extra no mês de dezembro.

Remuneração Fixa (Salário ou Pró-labore): Constitui a maior proporção da remuneração total. Seu objetivo é garantir uma compensação estável e previsível pelo desempenho das funções administrativas. A metodologia de cálculo e reajuste considera as responsabilidades do cargo e as condições financeiras da Companhia, sendo gradualmente reajustada para se aproximar dos valores praticados pelo mercado.

Remuneração Variável (Bônus): Eventualmente, pode ser deliberado pelo Conselho de Administração o pagamento de um valor extra a título de bonificação, com o objetivo é incentivar o atingimento de resultados e o alinhamento com os interesses de curto e médio prazo da Companhia. A concessão e o valor do bônus são definidos com base no resultado alcançado pela Companhia no exercício social, sempre observado o limite global aprovado em Assembleia Geral. Ainda não são utilizados indicadores de desempenho específicos, incluindo aqueles ligados a questões ASG, para a definição do bônus. A Companhia não tem por prática efetuar pagamento de outros tipos de remuneração variável, como participação nos resultados, participação em reuniões ou comissões. Não existem membros não remunerados nos órgãos de administração e conselho fiscal da Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A remuneração dos administradores da Companhia é integralmente suportada pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

8.1 Política ou prática de remuneração

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, como a alienação do controle societário do emissor, para os membros dos órgãos de administração e conselho fiscal.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	424.000,00	256.000,00	195.000,00	875.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	424.000,00	256.000,00	195.000,00	875.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,42	3,00	10,42
Nº de membros remunerados	3,00	2,42	3,00	8,42
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	185.000,00	139.750,00	165.000,00	489.750,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	50.000,00	30.000,00	0,00	80.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Foi realizado pagamento de bônus no mês de janeiro de 2024, relativo ao exercício social de 2023. Houve uma redução no valor previsto para 2024 em razão da deliberação do Conselho de Administração para diminuição das remunerações individuais e da apresentação de renúncia da remuneração pelas Conselheiras Chao En Hung, Livia Chao e Margareth Herrmann.	Foi realizado pagamento de bônus no mês de janeiro de 2024, relativo ao exercício social de 2023. Houve uma redução no valor previsto para 2024 em razão da deliberação do Conselho de Administração para diminuição das remunerações individuais.	Houve uma redução no valor previsto para 2024 em razão da deliberação do Conselho de Administração para diminuição das remunerações individuais. Com a realização da eleição dos novos administradores em Assembleia Ordinária, é possível que haja alteração dos valores previstos.	
Total da remuneração	235.000,00	169.750,00	165.000,00	569.750,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,17	3,00	10,17
Nº de membros remunerados	5,00	2,17	3,00	10,17
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	325.000,00	139.333,00	159.000,00	623.333,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	325.000,00	139.333,00	159.000,00	623.333,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,25	2,00	3,00	10,25
Nº de membros remunerados	5,25	2,00	3,00	10,25
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	134.967,00	52.000,00	78.067,00	265.034,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	16.333,00	8.000,00	0,00	24.333,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	A média de membros foi calculada considerando a redução de 6 para 5 membros em abril de 2022.			
Total da remuneração	151.300,00	60.000,00	78.067,00	289.367,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,42	3,00	10,42
Nº de membros remunerados	3,00	2,42	3,00	8,42
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	50000,00	30000,00	0,00	80.000,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,17	3,00	10,17
Nº de membros remunerados	5,00	2,17	3,00	10,17
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,25	2,00	3,00	10,25
Nº de membros remunerados	5,25	2,00	3,00	10,25
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	16333,00	8000,00	0,00	24.333,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia não adota prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não adota prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

Não houve outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e não estão previstas outorgas para o exercício social corrente.

8.7 Opções em aberto

OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA

Não há opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria ao final do último exercício social.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

OPÇÕES EXERCIDAS RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em opções e ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, SOB A FORMA DE AÇÕES A SEREM ENTREGUES DIRETAMENTE AOS BENEFICIÁRIOS

Não se aplica, uma vez que a Companhia não adota prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

8.10 Outorga de ações

OUTORGA DE AÇÕES

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em outorga de ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

8.12 Precificação das ações/opções

DESCRIÇÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 8.5 A 8.11

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em opções e ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente. Portanto, não há informações sobre precificação de ações/opções a serem divulgadas neste item.

8.13 Participações detidas por órgão

INFORMAR A QUANTIDADE DE AÇÕES QUE SEJAM DETIDAS POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL

No final do último exercício social encerrado, o Conselho de Administração detinha, direta ou indiretamente, 881.729 ações ordinárias emitidas pela Minupar Participações S.A. e a Diretoria detinha 3.810 ações ordinárias. O Conselho Fiscal não detinha ações.

8.14 Planos de previdência

PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR

A Companhia não confere planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	2,42	2,17	2,00	5,00	5,00	5,25	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,42	2,17	2,00	3,00	5,00	5,25	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	65.000,00	65.000,00	30.000,00	65.000,00	65.000,00	30.000,00	53.000,00	53.000,00	26.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	65.000,00	65.000,00	30.000,00	65.000,00	65.000,00	30.000,00	53.000,00	53.000,00	26.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	65.000,00	64.208,91	30.000,00	78.333,33	65.000,00	28.819,05	53.000,00	53.000,00	26.000,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	Considerada apenas a remuneração do Diretor que permaneceu por 12 meses.	
31/12/2023	Para a remuneração máxima e mínima, foram considerados apenas os membros remunerados por 12 meses. A média foi calculada com base no valor total da remuneração e o número de membros remunerados.	
31/12/2022	Para a remuneração máxima e mínima, foram considerados apenas os membros remunerados por 12 meses.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024		Para a remuneração máxima e mínima, foram considerados apenas os membros remunerados por 12 meses. A média foi calculada com base no valor total da remuneração e o número de membros remunerados, sendo que o valor fica maior em razão do pagamento de bônus no mês de janeiro.
31/12/2022	Para a remuneração máxima e mínima, foram considerados apenas os membros remunerados por 12 meses. A média foi calculada com base no valor total da remuneração e o número de membros remunerados.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, como a alienação do controle societário do emissor. No entanto, a Companhia firmou um Contrato de Indenidade com seus Diretores Estatutários, conforme detalhado no item 7.7 deste Formulário de Referência, que prevê o pagamento, indenização ou reembolso por custos e despesas incorridos no exercício de suas funções, em complemento ao seguro de responsabilidade civil (D&O).

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO REFERENTE A MEMBROS QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES**

Órgão	2025	2024	2023	2022
Conselho de Administração	47,64%	27,03%	40,00%	45,63%
Diretoria Executiva	-%	-%	-%	-%
Conselho Fiscal	-%	-%	-%	-%

8.18 Remuneração - Outras funções**REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM**

Este item informa os valores reconhecidos no resultado do emissor (Minupar Participações S.A.) como remuneração de membros de seus órgãos de administração e conselho fiscal, por qualquer razão que não a função estatutária que ocupam.

Exercício social	2022	2023	2024	Previsão 2025
Conselho de Administração	R\$ 26.000,00	R\$ 26.000,00	R\$ 26.000,00	R\$ 24.000,00
Diretoria Estatutária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Conselho Fiscal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR

A remuneração dos administradores da Minupar Participações S.A. (emissor) é integralmente suportada pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Adicionalmente, membros dos órgãos de administração da Minupar também exercem funções estatutárias ou não estatutárias (como contratações CLT ou PJ) em outras companhias do grupo, como a Companhia Minuano de Alimentos, Sulaves S/A e Valepar S/A, e recebem remuneração por essas funções diretamente dessas controladas.

A remuneração total dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal da Minupar, reconhecida no resultado consolidado do grupo (e, portanto, suportada pela Companhia Minuano de Alimentos), é apresentada a seguir:

Exercício Social	Remuneração Total Consolidada (R\$ mil)
2024	2.256
2023	2.820

Os valores apresentados acima correspondem à remuneração global paga pela Companhia Minuano de Alimentos a todos os indivíduos que são membros dos órgãos de administração e conselho fiscal da Minupar, abrangendo tanto a remuneração por suas funções na Minupar quanto por outras funções exercidas nas controladas. Esses valores são extraídos das demonstrações financeiras consolidadas do grupo, onde a remuneração de partes relacionadas é divulgada de forma agregada.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.20 Outras informações relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Como já mencionado em tópicos anteriores, dentre as medidas adotadas para enfrentamento da crise econômica decorrente das enchentes que atingiram as unidades produtivas da controlada Companhia Minuano de Alimentos (descrito no Anexo I), em 23 maio de 2024 o Conselho de Administração deliberou a redução de 25% da remuneração individual de todos os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, provisoriamente. Por este mesmo motivo, as Conselheiras Chao En Hung, Livia Chao e Margareth Herrmann renunciaram ao recebimento de remuneração.

O valor integral das remunerações foi retomado no mês de janeiro de 2025.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	010324		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada	Juridica	54.276.936/0001-79	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
31/03/2025	01/01/2025		
Descrição dos serviços prestados			
<p>- 2024: Prestação de Serviços de Consultoria Tributária, consubstanciada na elaboração de parecer fiscal.</p> <p>- 2025: Revisão especial das informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2025, 30 de junho de 2025, 30 de setembro de 2025 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2025.</p>			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
<p>- 2024: Remuneração foi de R\$16.618,08 para os Serviços de Consultoria Tributária.</p> <p>- 2025: A remuneração anual dos auditores será de R\$132 mil, para a revisão das Informações Trimestrais de 31 de março de 2025, 30 de junho de 2025, 30 de setembro de 2025 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2025.</p>			
Justificativa da substituição			
Não se aplica			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não se aplica			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

CONFLITO DE INTERESSE, PERDA DE INDEPENDÊNCIA OU OBJETIVIDADE DE SEUS AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia adota políticas e procedimentos rigorosos para assegurar a independência e objetividade de seus auditores independentes, em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes, em especial a Resolução CVM nº 23/21. Tais políticas visam prevenir a ocorrência de conflitos de interesse e garantir que os serviços prestados pelo auditor ou por entidades de sua rede não comprometam a integridade do processo de auditoria.

Procedimentos e Salvaguardas Adotadas:

Aprovação Prévia de Serviços Não-Auditoria: Qualquer contratação de serviços que não sejam de auditoria independente, seja com o próprio auditor ou com empresas pertencentes à sua rede, é submetida à prévia aprovação do Conselho de Administração, que avalia o impacto potencial na independência e objetividade do auditor.

Avaliação de Ameaças e Aplicação de Salvaguardas: Antes da aprovação, é realizada uma análise detalhada da natureza do serviço, da sua materialidade e da existência de quaisquer ameaças à independência do auditor (como ameaça de auto-revisão, interesse próprio, advocacia, familiaridade ou intimidação). Caso ameaças sejam identificadas, são aplicadas salvaguardas adequadas para mitigá-las.

Comunicação do Auditor: O auditor independente é requerido a comunicar ao Conselho de Administração todos os serviços não-auditoria prestados por ele ou por sua rede à Companhia, confirmando a manutenção de sua independência.

Controle sobre Remuneração: A remuneração por serviços não-auditoria é estabelecida de forma a não ser contingente ao resultado dos serviços e a não representar um percentual dos honorários de auditoria que possa comprometer a independência, conforme os limites regulatórios.

Manutenção do Julgamento Independente: A Companhia assegura que o julgamento e as decisões finais sobre as recomendações ou pareceres resultantes de serviços não-auditoria permaneçam sob sua responsabilidade,

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

sem que o auditor ou sua rede assumam funções gerenciais ou de tomada de decisão.

Contratação da BDO RCS Consultores Tributários (Dezembro/2024)

Em dezembro de 2024, a empresa BDO RCS Consultores Tributários, que faz parte do mesmo grupo da BDO RCS Auditores Independentes (contratada para auditar o exercício social de 2025 a partir de março de 2025), prestou serviços de consultoria tributária à Companhia. Este serviço consistiu na elaboração de parecer fiscal acerca da possibilidade de diminuição da carga tributária relacionada aos tributos diretos (IRPJ e CSLL), PIS e COFINS, sobre reconhecimento de receita específica.

É importante ressaltar que, no período da prestação desses serviços de consultoria (dezembro de 2024), a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia estava a cargo da Grant Thornton Auditores Independentes. A contratação da BDO RCS Auditores Independentes para a auditoria do exercício de 2025 ocorreu posteriormente, em março de 2025.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	21	27	0	0	0
Não-liderança	1404	1185	0	0	0
TOTAL = 2.637	1425	1212	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	46	0	2	0	0	0
Não-liderança	10	1630	647	289	13	0	0
TOTAL = 2.637	10	1676	647	291	13	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	6	38	4
Não-liderança	811	1209	569
TOTAL = 2.637	817	1247	573

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Preferê não responder
Liderança	0	48	0
Não-liderança	106	2483	0
TOTAL = 2.637	106	2531	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	0	48	0
Não-liderança	0	0	0	0	2589	0
TOTAL = 2.637	0	0	0	0	2637	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0
Sul	1425	1212	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 2.637	1425	1212	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefero não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0	0	0
Sul	10	1676	647	291	13	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 2.637	10	1676	647	291	13	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	0	0	0
Sul	817	1247	573
Exterior	0	0	0
TOTAL = 2.637	817	1247	573

10.1 Descrição dos recursos humanos

RECURSOS HUMANOS DO EMISSOR

As informações a seguir, relativas aos recursos humanos, são apresentadas de forma consolidada para o emissor e suas controladas, que operam exclusivamente no Brasil. Como holding, a principal atividade do emissor é a participação no capital de outras empresas, não possuindo, portanto, empregados diretos em sua estrutura. Toda a operação, incluindo as funções administrativas, está centralizada na Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta de capital fechado.

b. número de terceirizados

A Companhia Minuano de Alimentos contrata pessoas jurídicas para a execução de atividades acessórias ao seu objeto social, tais como segurança patrimonial, limpeza, controle de pragas, serviços de restaurante e lavanderia. Contudo, a gestão e o número de empregados dessas empresas terceirizadas são de responsabilidade exclusiva das contratadas, não havendo ingerência direta da Companhia sobre seu quadro de pessoal.

c. índice de rotatividade

O índice de rotatividade média de empregados da Companhia Minuano de Alimentos em 2024 foi de 6,56%.

10.2 Alterações relevantes

ALTERAÇÃO RELEVANTE OCORRIDA COM RELAÇÃO AOS NÚMEROS DIVULGADOS NO ITEM 10.1

Não ocorreram alterações relevantes com relação ao divulgado no item anterior.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS DO EMISSOR

As informações a seguir detalham as políticas e práticas de remuneração dos empregados da Companhia Minuano de Alimentos, nossa controlada operacional, que concentra a força de trabalho do grupo. A eficácia dessas políticas e o compromisso da Companhia com um ambiente de trabalho de excelência foram reconhecidos em dezembro de 2024, quando a Companhia Minuano obteve a certificação Great Place to Work (GPTW), conforme detalhado no Item 10.5.

a. política de salários e remuneração variável

As políticas e práticas de remuneração dos empregados da Companhia são estruturadas para atrair e reter talentos, alinhando o desempenho individual e coletivo aos objetivos da Companhia. A remuneração fixa é complementada por benefícios e, quando aplicável, por programas de Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

b. política de benefícios

A política de benefícios da Companhia visa proporcionar melhores condições sociais e incentivar o comprometimento dos empregados. Os benefícios oferecidos incluem, mas não se limitam a cesta básica, auxílio escolar, plano de saúde, transporte, prêmio por tempo de serviço.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

A Companhia não adota planos de remuneração baseados em ações aos empregados não-administradores.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
14.089,23	2.203,21	6,39
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

RELAÇÕES ENTRE O EMISSOR E SINDICATOS

A Companhia Minuano de Alimentos, controlada operacional do emissor, mantém um relacionamento colaborativo com os sindicatos dos trabalhadores da indústria da alimentação. Acordos coletivos são firmados regularmente no estado do Rio Grande do Sul.

Nos últimos três exercícios sociais, não foram registradas greves, paralisações ou conflitos relevantes, o que reflete um diálogo contínuo e a busca por soluções consensuais entre as partes.

10.5 Outras informações relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Além das informações detalhadas nos itens anteriores, a Companhia reitera seu compromisso com a responsabilidade social, especialmente em momentos de adversidade. Em 2024, diante dos impactos das severas enchentes que assolaram a região do Vale do Taquari, a Minupar Participações S.A. e sua controlada, Companhia Minuano de Alimentos, intensificaram as ações de apoio aos seus empregados e à comunidade local.

O setor de Recursos Humanos da Companhia atuou ativamente no suporte aos colaboradores afetados, oferecendo doações de agasalhos, cestas básicas, materiais de limpeza e higiene pessoal, e roupas de cama. Adicionalmente, foram envidados esforços para auxiliar na realocação e na retomada das atividades laborais em condições dignas. Tais iniciativas demonstram a cultura da Companhia de valorização de seus colaboradores e de engajamento com o bem-estar da comunidade onde está inserida.

Adicionalmente, em dezembro de 2024, a Companhia Minuano de Alimentos obteve a certificação Great Place to Work (GPTW), sendo reconhecida como uma das melhores empresas para se trabalhar. Essa conquista válida a excelência de suas práticas de gestão de pessoas, o ambiente de confiança e colaboração, e o alto nível de satisfação de seus colaboradores. O reconhecimento GPTW reforça o compromisso da Companhia com o desenvolvimento de um ambiente de trabalho positivo, a valorização de seus colaboradores e a atração e retenção de talentos, elementos cruciais para a sustentabilidade e o sucesso de suas operações.

11.1 Regras, políticas e práticas

REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DO EMISSOR QUANTO À REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As práticas adotadas pela Companhia para a realização de transações com partes relacionadas visam assegurar a equitatividade, a comutatividade e a transparência dessas operações, bem como mitigar potenciais conflitos de interesse. Essas políticas estão em conformidade com a Resolução CVM nº 94/22 e as melhores práticas de governança corporativa.

Os procedimentos internos da Companhia incluem:

- **Identificação e mapeamento** contínuo das partes relacionadas.
- **Análise prévia** das transações propostas, incluindo a obtenção de pareceres independentes ou avaliações de mercado, quando necessário, para atestar a comutatividade das condições.
- **Segregação de funções** e impedimento de participação de administradores com conflito de interesse nas discussões e deliberações sobre a transação.
- **Documentação** de todas as etapas do processo de aprovação e execução das transações.

A Companhia busca alinhar suas práticas com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa, promovendo uma cultura de integridade e priorizando o interesse social em suas operações.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	22/03/2012	1.364.850,00	37.577.458,21	0	Indeterminado	2,340000
Relação com o emissor	Acionista. Quando o contrato de mútuo foi firmado, era também Conselheiro de Administração (vice-presidente) e Diretor Presidente da Companhia Minuano de Alimentos (controlada).					
Objeto contrato	Mútuo - Passiv					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Pagamento de obrigações. Saldo existente atualizado para 31/12/2023. O mútuo permanece em aberto em razão de ser objeto de discussão judicial. As informações detalhadas sobre o processo podem ser encontradas no item 4.4 deste Formulário de Referência.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

A Companhia não adota mecanismos formais adicionais, além do previsto na legislação, em especial à Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil) e à Lei das Sociedades por Ações, para identificar e tratar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A realização pela Companhia de operações e negócios com partes relacionadas é amparada por análises prévias de suas condições, visando sempre o melhor interesse da Companhia. Dessa forma, nas transações efetuadas com partes relacionadas são analisados preços, condições e práticas usualmente de mercado visando não gerar qualquer benefício ou prejuízo que não sejam decorrentes de condições normais de mercado a qualquer uma das partes.

As operações envolvendo partes relacionadas que não façam parte do grupo Minupar, estão formalizadas mediante celebração de contratos de mútuos, nos quais os juros atribuídos nas operações foram pactuados dentro das condições de mercado praticada na época em que os respectivos contratos foram formalizados.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
20/10/2025		120.107.800,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
71.001.000	0	71.001.000	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
03/06/2016		0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.500.000.000	0	1.500.000.000	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

EMISSORES ESTRANGEIROS DEVEM DESCREVER OS DIREITOS DE CADA CLASSE E ESPÉCIE DE AÇÃO EMITIDA E AS REGRAS DE SEU PAÍS DE ORIGEM E DO PAÍS EM QUE AS AÇÕES ESTEJAM CUSTODIADAS

Não se aplica, pois emissor não é estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram informados valores mobiliários no item 12.3

12.5 Mercados de negociação no Brasil

MERCADOS BRASILEIROS NOS QUAIS VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO

As ações do emissor são admitidas à negociação na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código "MNPR3".

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A emissora não disponibiliza ações para negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A emissora não tem títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Nos três últimos exercícios o emissor não efetuou oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

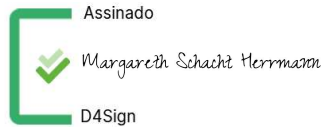
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Margareth Schacht Herrmann	Diretor Presidente	Alterado	
Tiago Fonseca Siqueira	Diretor de Relações com Investidores	Alterado	

13.1 Declaração do diretor presidente

Eu, **Margareth Schacht Herrmann**, na qualidade de Diretora Presidente da Minupar Participações S.A., declaro que revi o Formulário de Referência da Companhia, que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20, e que as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

margareth.herrmann@minuano.com.br



Margareth Schacht Herrmann

Diretora Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Eu, **Tiago Fonseca Siqueira**, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Minupar Participações S.A., declaro que revi o Formulário de Referência da Companhia, que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20, e que as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

tiago.siqueira@minuano.com.br

Assinado
 *Tiago Fonseca Siqueira*
D4Sign

Tiago Fonseca Siqueira

Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.